

ISSN-0045-2726

MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL

ABRIL
4 1981

136



Reg.Fasc.: 49793 Classif.: PER
MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL
v.12 n.4 abr.1981

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado: Ibrahim Abi-Ackel
Secretário-Geral: OTO JACOB

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-Geral: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Secretário Administrativo

1. DIVISÃO DE PRÉ-ARQUIVO
 - 1.1 Seção de Tombamento
 - 1.2 Seção de Processamento Técnico
2. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCRITA
 - 2.1 Seção do Poder Legislativo
 - 2.2 Seção do Poder Executivo
 - 2.3 Seção do Poder Judiciário
 - 2.4 Seção de Arquivos Particulares
3. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL
 - 3.1 Seção de Gravações de Som e Imagem
 - 3.2 Seção de Filmes
 - 3.3 Seção Iconográfica e Cartográfica
4. DIVISÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADES TÉCNICAS
 - 4.1 Seção de Estudos e Pesquisas
 - 4.2 Seção de Registro e Catálogo
 - 4.3 Seção de Assistência Técnica
 - 4.4 Seção de Reprodução
 - 4.5 Seção de Imunologia
 - 4.6 Seção de Patologia dos Documentos
5. DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES
 - 5.1 Biblioteca
 - 5.2 Seção de Consultas
 - 5.3 Seção de Divulgação
6. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
 - 6.1 Seção de Protocolo e Expediente
 - 6.2 Seção de Execução Orçamentária e Financeira
 - 6.3 Seção de Material e Patrimônio
 - 6.4 Seção de Portaria, Zeladoria e Vigilância
7. COORDENADORIA DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

M
A
N

Mensário do Arquivo Nacional

DIREÇÃO

Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

EDITORACÃO E EXPEDIENTE

DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES

Diretor substituto - Maria de la Encarnacion de
Espana Santos

SEÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Chefe substituta Yolanda Vieira de Carvalho

Praça da República, 26

Rio de Janeiro - Brasil

Pede-se Permuta
Exchange Desired

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

DOCUMENTOS PARA O ESTUDO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL: 1808-1814	<i>Luís H. Dias Tavares</i>	3
O VISCONDE DE MAYRINCK E VASSOURAS	<i>Rudy Mattos da Silva</i>	7
OS ALMEIDA JÚNIOR DE AMPARO	<i>Jorge Luiz Antônio</i>	12
DIAS D'ÁVILA - CAPUAME: A PRIMEIRA FEIRA DE GADO DO BRASIL	<i>Pedro Tomãs Pedreira</i>	14
JOSÉ JOAQUIM DA PALMA	<i>Durval Moreira da Silva Lima</i>	19
A PROPÓSITO DE CRUZ E SOUSA	<i>Brasil Gerson</i>	21
REGISTRO BIBLIOGRÁFICO		
IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL	<i>Nicolau Abrantes</i>	25
A VIDA DOS DOCUMENTOS		
BRASIL E PARAGUAI UNIDOS POR MATRIMÔNIOS	<i>Thalita de O. Casadei</i>	30
QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUE		35
DIVERSAS NOTÍCIAS		40

M A N

RIO DE JANEIRO

ANO XII

N.º 4 1981

O número impresso no canto direito superior da capa, na folha de rosto e na última capa é identificador deste Mensário no Sistema Internacional de Dados sobre publicações seriadas (International Data System)

MAN: Mensário do Arquivo Nacional.
Ano XII , n. 4- 1981- .Rio de
Janeiro, Arquivo Nacional, 1980-
v. 11.

Diretor. 1970-1980/ R. Lima.-1980-
Celina A.P.Moreira Franco.

1. Arquivos (documentação) I. Rio de
Janeiro. Arquivo Nacional.

CDD 025.171

COLABORAÇÃO

DOCUMENTOS PARA O ESTUDO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL: 1808-1814 (*)

Luís Henrique Dias Tavares
(Professor Titular da UFBA.; Doutor
em História do Brasil)

Essa documentação pertence ao Arquivo Nacional. Originada do Ministério do Império, foi produzida pela Real (até 1822)/ Imperial Junta de Comércio (depois de 1823). Acha-se guardada em caixas de metal, os documentos arrumados em pacotes feitos com papel manilha, mas sem ordenamento cronológico ou qualquer classificação de assunto. Ainda assim é possível considerar duas séries do que teria sido uma coleção maior.

Uma das séries interessa especialmente à questão das 300 mil libras esterlinas pagas pela Inglaterra ao reino de Portugal a título de indenização pela captura dos diversos bergantins, galeras, sumacas e brigues que operavam na Costa Ocidental da África no período de 1808-1814, embarcações luso-brasileiras baseadas na Bahia, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e no Maranhão, e que foram acusadas de exercer comércio de escravos.

A outra série constitui-se de autos, requerimentos, protestos e decisões régias (D. João VI) e imperiais (D. Pedro I) em torno de questões pendentes entre os proprietários daquelas embarcações e as Companhias de Seguros que operavam naquele Brasil pré-Independência.

As duas séries se completam. Mas, como ocorre com quase toda documentação existente nos arquivos brasileiros - arquivos sustentados pelo heroísmo de anônimos e abnegados funcionários - também essa não está completa. Não entregam a questão das 300 mil libras e do subsequente repasse aos comerciantes e às Companhias de seguros, nem liquidam as muitas dúvidas a respeito das Companhias de Seguros criadas na Bahia e no Rio de Janeiro depois de 1808 - e me nos ainda sobre a participação decisiva dessas Companhias no trato comercial Brasil-África-Brasil. Examinados esses papéis, concluo que integravam a forçosamente enorme documentação das Juntas de Comércio (Real/Imperial). Papéis nos quais vão-e-voltam as queixas e acusações dos que jamais (?) concluíram suas contas. Papéis que repetem in-

(*) Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa patrocinado pelo CNPq.

satisfações embrulhadas com as formas, as maneiras, os comportamentos das Companhias de Seguros nos contratos com os comerciantes de grosso trato da Bahia, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Maranhão. Contudo, não obstante os vazios, essa documentação é de notável importância pelas informações indiretas que oferece para o estudo do ativo comércio Portugal (Inglaterra) - Brasil-África-Brasil-Portugal (Inglaterra), antes e depois de 1808.

Destacarei alguns itens.

1. Indenização no valor de 300 mil libras

A Inglaterra comprometeu-se pela Convenção de Viena (23 de janeiro de 1815) a pagar 300 mil libras esterlinas ao reino de Portugal a título de indenização pela perda de navios, cargas e escravos pertencentes a portugueses, capturados pela marinha de guerra britânica antes de qualquer direito ou acordo diplomático. Foram pagas em Londres, mas aplicadas em seguida no próprio comércio londrino. Enquanto rendiam juros, montava-se no Rio de Janeiro tortuosa prática burocrática para que as Companhias de Seguros e os comerciantes recebessem as quantias que os indenizariam. Precisavam apresentar certidão de legitimação da propriedade portuguesa, instrumento (recibo) de compra do navio, certidão da arqueação do navio, certidão de Passaporte Real (Licença para navegar), certidão de visita de bordo, cópia de carta de ordens com o roteiro da viagem, protesto original feito pelo capitão do navio no ato da captura, certidão da Alfândega, certidão de sentença do Vice-Almirantado da Inglaterra em Serra Leão (Caixa 370, Pacote 2). Funcionaram então quatro procuradores: pelos comerciantes da Bahia, José Tavares França; do Rio de Janeiro, José Agostinho Barboza; de Pernambuco, João Rodrigues Pereira de Almeida; e do Maranhão, Raimundo José de Meneses Caixa 370, Pacote 1)

Justificadas as perdas, o rei D. João VI mandou pagar as indenizações. Em 1816 foi assinado um plano de pagamento (Caixa 370, Pacote 1), motivo de contestação do Corpo de Comércio da Bahia em requerimento dirigido ao Imperador D. Pedro I em 1826 (!). Estava em causa mais de mil contos: 1.048:295\$059.

Os cálculos para os pagamentos foram difíceis, complicados ainda mais pela situação dos juros das 300 mil libras esterlinas aplicadas em Londres. Ademais, sobre a possível indenização, antes de qualquer garantia de pagamento, muitos comerciantes emitiram letras de risco que deviam ser resgatadas "oito dias precisos depois de recebidas as 300 mil libras" (Caixa 370, Pacote 1). Em alguns casos, questões apresentaram-se à justiça da Inglaterra, a exemplo da que se originou da captura do brigue *Dezengano*, realizada em 6 de janeiro de 1812.

2. Companhias de Seguros

Para o pouco que se sabe a respeito das Companhias de Seguros fundadas na Bahia, no Rio de Janeiro, Per

nambuco e Maranhão (?), depois de 1808, a partir da concessão do príncipe D. João, dada na Bahia (resultou imediatamente na criação da Companhia de Seguros Boa Fé), essa documentação é particularmente rica de informações. Com efeito, nessas Caixas localizam-se papéis que trazem para a existência histórica as Companhias de Seguros Boa Fé, de Vianna, Dias, Reys & Comp.; Conceito Público, de Dourado, Cristo, Bastos & Comp.; Bem Comum, de Oliveira, Coelho, Carvalho & Comp.; Comércio da Bahia, de Silva, Campos, Cordeiro & Comp.; Comércio Marítimo, de Moura, Ferreira, Rabello & Comp.; Indenidade, de Gonçalves, Souza, Pinto & Comp.; Providente, de Barrozo, Vianna, Pereira & Comp.; Permanente, de Lopes, Araújo, Neves & Comp.; Restauradora, de Ratton, Silva, Fonseca & Comp.; e Pernambucana, esta com 50 acionistas, o maior dos quais José de Oliveira Ramos.

Essas Companhias conheceram prosperidade no período de 1808 a 1814. Óbvio: os grandes negócios eram os seguros marítimos. Estabeleciam: "E são os riscos que tomamos os do mar, ventos, tempestades, naufrágios, variações, abordagens, mudanças forçosas de derrota, de viagem, de navios (...) represálias, detenções de Príncipes, declarações de guerra" (Caixa 431, Pacote 2. No caso do Urbano, lê-se nas apólices da Boa Fé (Nº 750), da Bem Comum (Nº 326) e da Conceito Público (Nº 533): "Segurando juntamente mais doze contos de réis na negociação da escravatura da mesma galera de Cabinda até Maranhão (Caixa 432, Pacote 2). Nesses autos da galera Urbano inclui-se a escrituração financeira da Companhia de Seguros Bem Comum de 1809 a 1813 (Caixa 432, Pacote 1).

Como fica evidente, a rápida felicidade dessas Companhias foi a do comércio Portugal (Inglaterra)-Brasil-África-Brasil-Portugal (Inglaterra). Comércio no qual a mercadoria escravo era indispensável. Contudo, sob as condições adversas de redivisão dos Continentes, Ilhas, países e povos, entre as potências capitalistas emergentes, nas guerras denominadas napoleônicas, e o começo da repressão da Inglaterra ao comércio de escravos - repressão que golpeou indistintamente todo o comércio luso-brasileiro com a África - as Companhias de Seguros escorregaram para a decadência. Em números, a conta geral das perdas com as capturas foram: Bahia, 1.048:295\$059; Rio de Janeiro, 93:161\$989; Pernambuco, 36:507\$317 (Caixa 396, Pacote 3) - cifras que sofreram posterior ajuste para 442:523\$756 (Bahia), 225:519\$343 (Rio de Janeiro), 17:721\$404 (Pernambuco) e 138:586\$966 (Maranhão) (Caixa 371, Pacote 1).

3. Artigos para o comércio de escravos

Outro bloco de documentos esclarece quais os artigos mais repetidos no comércio de escravos. Na carga do brigue São Lourenço capturado em Whydah, estavam: Fumo (ros, mangotes, barris), Mel, Aguardente, Açúcar, Tecidos (cetins, sucins, cambraias, morins, bretanhas, gangas, ris-

cados infestados, chitas) Lenços franceses, Sapatos, Cutilaria inglesa, Chapéus, e dobrões espanhóis. Em 1809, trinta rolos de fumo valiam 2 escravos; setenta canadadas de aguardente, um chapéu de sol, 3 colchas e um candeeiro de latão valiam quatro escravos jovens e peças de pano da Costa (Caixa 411, Pacote 1).

No caso do D. Maria I, documenta-se que recebeu de Londres chitas, fustões, lenços, tafetás, cassas e chales de chita (Caixa 432, Pacote 2). E no do Vigilante Guerreiro: chitas, zuartes, salaminas, barretinas, riscados finos, cambraias, linhos e chitas matizadas (Caixa 433, Pacote 1).

4. Capital inglês

Essas cargas revelam que o comércio de escravos exigia artigos manufaturados e moedas de ouro. Podia haver fumo, açúcar, aguardente, mas não faltavam os tecidos ingleses, goods de Manchester. Aliás, muitos dos navios capturados no período de 1808-1814 o foram sob a acusação de ingleses, ou, ao menos, ligados às praças de Londres e Liverpool. Entre outros, há os casos das galeras Urbano, capturada em Cabinda com documentação preparada em Liverpool, e D. Mariana, esta pertencente à firma Lyon & Preston, de Londres. (Caixa 432, Pacotes 1 e 2).

A galera Urbano foi comprada em Liverpool em 1809 a Thomaz Smith Williams.

A escuna Paquete Voador foi negociada em Liverpool em 1809.

Adquirida em Londres por duas mil e duzentas libras esterlinas (cerca de 7:880\$590) a galera D. Maria I foi adaptada no Rio de Janeiro "em repartimentos, curraes, divisões para homens e mulheres, grades de ferro para os pés da escravatura" (Caixa 312, Pacote 1).

O VISCONDE DE MAYRINCK E VASSOURAS

Rudy Mattos da Silva

Na família Mayrink, de origem holandesa e estabelecida no Brasil desde princípios do século XVIII, destacam-se três nomes como os de maior importância: Maria Dorothea Joaquina de Seixas (Marília de Dirceu) Francisco de Paula Mayrink (Conselheiro Mayrink) e o Dr. João Carlos de Mayrinck (Visconde de Mayrinck).

Maria Dorothea Joaquina de Seixas foi a noiva e musa inspiradora do poeta Tomás Antonio Gonzaga que a imortalizou nas "Liras", com o nome de Marília de Dirceu. Ela não tinha Mayrink no nome mas era a primogênita do Capitão Baltazar João Mayrink, por sua vez filho de Antonio Corrêa Mayrink, natural da Ilha da Madeira (Portugal) e, ao que se presume, o primeiro Mayrink a aportar ao Brasil. A razão disso é que não era obrigatório, no Brasil daquela época, a adoção do sobrenome do pai, podendo a escolha recair em sobrenome tirado da mãe (como no caso dela), ou de um ascendente próximo do lado paterno ou materno. O poeta Tomás Antonio Gonzaga, natural de Portugal e formado em direito pela Universidade de Coimbra, chegou a Vila Rica (a atual Ouro Preto), então capital de Minas Gerais, em 1782, para exercer o cargo de Ouvidor. Lá conheceu e se apaixonou pela bela mineira, ficando noivo. O casamento entretanto não se realizou devido ter-se envolvido Gonzaga na Conjuração Mineira com outros poetas como Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga e vultos de destaque na então Capitania de Minas Gerais. Abortado esse levante contra a Metrópole, foi condenado a degredo na África. Ainda na prisão no Rio de Janeiro, Gonzaga, grande poeta que era, compôs as famosas "Liras", "as poesias amorosas mais suaves, mimosas e repassadas de sentimento que se lêem na língua portuguesa", no dizer de Joaquim Manuel de Macedo, daí as numerosas edições que tiveram, mais de trinta. Nelas o poeta evoca seu amor pela bela mineira, imortalizada com o nome de Marília, enquanto ele adotou o nome de Dirceu. Marília de Dirceu, como ficaram conhecidas as "Liras", é também o nome com que passou a História a inspiradora dos versos.

Francisco de Paula Mayrink, o Conselheiro Mayrink, notável homem de negócios, digno rival de Mauá na realização de obras públicas que em muito contribuíram para o progresso do país, foi no seu tempo figura das mais destacadas na fundação, organização ou direção de bancos, fábricas, portos, açudes, cidades, escolas, museus, estradas de ferro, em quase todos os quadrantes do país.

Finalmente, o Dr. João Carlos de Mayrinck, médico, o Visconde de Mayrinck, irmão do Conselheiro e objeto do presente trabalho. Escreveremos sempre Mayrinck com "c" antes do "k", relativamente ao Visconde e seus descendentes, por respeito à vontade dele e conforme motivos explicados adiante.

São poucos os dados biográficos conhecidos do Visconde. Por se tratar de titular pelo governo de Portugal, o "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", do Barão Vasconcelos, nada registra sobre este ilustre Mayrinck brasileiro. (1) Consultada a obra "Nobreza de Portugal e do Brasil" (2), encontramos no volume 2, página 729, o seguinte: "Foi único Visconde de Mayrinck o Dr. João Carlos de Mayrinck, de quem ignoramos as circunstâncias pessoais. O título foi-lhe concedido por Decreto de 24-5-1894 (D. Carlos)".

Recentemente, de autoria de Francisco de Paula Mayrink Lessa, apareceu o livro Vida e Obra do Conselheiro Mayrink (3).

O autor, neto materno do biografado, elucida muitos pontos até então obscuros da família Mayrink, especialmente do ilustre homem público que foi o Conselheiro e alguns referentes ao Visconde seu irmão.

Assim, ficamos sabendo que o Visconde de Mayrinck nasceu em 18-4-1844 em Lordello do Ouro (Porto, Portugal), mas era brasileiro porque registrado na Legação do Brasil. Médico, serviu como cirurgião na Guerra do Paraguai. Casou-se em Vassouras, Província, hoje Estado do Rio de Janeiro, em 17-1-1874, com D. Rosa Furquim Werneck de Almeida, nascida em 21-7-1852, em Vassouras, filha de Francisco de Assis e Almeida, notável jurisconsulto e deputado geral em 1848. Francisco era irmão do Dr. Caetano Furquim de Almeida, outro homem público ilustre, também radicado em Vassouras. Casara-se com D. Mariana Isabel de Lacerda Werneck, filha do 2º Barão de Patí do Alferes. Conseqüentemente D. Rosa, a esposa do Visconde, era neta desse titular. Revela, ainda, que o Visconde de Mayrinck, vivendo durante muito tempo na Europa, "descobriu nos arquivos alemães a história do brasão e da própria origem da família Mayrink. Dessa descoberta nasceu o "c" antes do "k" que o ramo do Visconde adotou no nome da família".

A história é longa mas pode ser assim resumida.

Na Embaixada da Alemanha em Paris obteve o Visconde o endereço de um Mayrink naquele país, um Capitão Von Meyerinck. Escreveu, então, em 8-5-1894, uma carta a esse senhor, onde dizia:

"Minha família é de origem prussiana, nobre, e sempre dedicou-se às armas. Meu avô chamava-se Baltazar João de Mayrinck, era militar; meu Pai Francisco de Paula de Mayrinck era Coronel no exército brasileiro; meu tio José Carlos de Mayrinck da Silva Ferrão foi Senador do Império em 1826 e Presidente de Pernambuco, uma das mais importantes províncias do Brasil. O Antepassado alemão de mais nomeada chamava-se, bem me lembro, Henrique e era alta patente no exército. Provavelmente foi em meados do século XVIII que um Mayrinck veio para o Brasil".

Pede ainda informações sobre o brasão d'armas.

Não tardou a resposta e em 11 de maio o pai do capitão, de nome Huberto de Meyerinck, respondeu, dizendo que o filho não estava no endereço indicado pela Embaixada e assim ele prestava as informações devidas. Dizia-se Tenente General da Reserva em Potsdam e na qualidade do mais velho de todos os Meyerinck da Europa achar-se em condições de informar sobre a família e entre outras considerações diz que um tio General "contava muitas vezes que um Meyerinck havia-se estabelecido no Brasil". Sobre o brasão afirma que "consiste em um escudo de prata com cruz vermelha com duas pedras vermelhas em cada canto. Em cima do capacete corvado acham-se dois chifres de búfalo ou trombas de elefante". Sobre este ponto admite ter havido erro de algum pintor ou gravador e que assim se conservou.

Nova carta do Visconde, a 18 de maio, desta vez ao "Tenente General Huberto de Meyerinck, muito honrado senhor e parente":

"Meu bisavô era militar e chamava-se Baltazar João Mayrinck; meu avô era Coronel e chamava-se Francisco de Paula Mayrinck. Meu Pai José Carlos de Mayrinck, a princípio militar, fez-se mais tarde economista e financeiro, presidindo um dos principais bancos do Rio de Janeiro. Depois foi camarista do defunto Imperador D. Pedro II. Meu Pai deixou dois filhos e uma filha hoje viúva dum secretário do Conde d'Eu, casado com a Princesa Imperial Isabel. Meu irmão chama-se Francisco de Paula Mayrinck, foi militar e depois financeiro. É casado e tem 3 filhas. Eu chamo-me João Carlos de Mayrinck, fui voluntário na Guerra do Paraguai e depois dediquei-me a diversos estudos e a finanças. Um dos irmãos do meu avô chamava-se José Carlos de Mayrinck e Sylva Ferrão; foi senador do Império e presidente duma das principais províncias do Brasil em 1825-1828. Uma de suas irmãs Maria Dorothea de Seixas Mayrinck foi uma beleza; era a noiva do importante magistrado e conhecido poeta Tomás Antonio de Gonzaga que lhe dedicou um livro de poesias intitulado "Marília de Dirceu". Não se casaram porque em 1791 Gonzaga, implicado numa revolução contra a Metrópole, foi deportado para a África." (4)

A resposta não se fez esperar e a 26 de maio escrevia o General Huberto de Meyerinck, confirmando os dados sobre o brasão e, quanto à grafia do nome, esclarece que ora aparecia como Meyering, ora como Meyerink, mas que "essa variedade na maneira de escrever não tem fundamento: é filha da negligência dos escritores". Termina explicando que desde 1701, quando nasceu seu bisavô, firmou-se na grafia Meyerinck.

Mais tarde, em carta datada de 7 de junho, o General Huberto esclarece que "a nossa cruz no escudo não é senão a de Malta, pelo menos muitas famílias a tem, e a sua origem data de 1044".

Assim, munido de todos estes elementos, o Visconde houve por bem grafar seu nome de família como MAYRINCK,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

Estado do Rio de Janeiro
Comarca e Município de Vassouras
1.º Distrito de Vassouras

Lauro Mecêgo de Castro

Oficial titular - - do Registro Civil



Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 02 de dezembro de 1905 no livro n.º C 3 - - - A fls. 1517 sob o n.º 848, foi feito o Registro de Óbito, de "JOÃO CARLOS MAYRINCK" (o Visconde Mayrinck) falecido em 30 de novembro de 1905, às 7,00 horas, em esta cidade de sexo masculino de cor branca, profissão medico natural da Cidade do Rio de Janeiro domiciliado e residente nesta cidade com 61 anos de idade, estado civil casado, filho de (não consta do termo a filiação) tendo sido declarante o Capitão José Carlos de Almeida Avellar e o óbito atestado pelo Dr. Salles Junior que deu como causa da morte lymphangite e o sepultamento foi feito no cemitério de Vassouras (Municipal)

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Vassouras, 07 de outubro - - de 19 80.

Lauro Mecêgo de Castro
Oficial

Firma	Firma	Firma	Firma
R. do Rodal, 138	2.º Ofício de	Nos Cartórios de Ofício Vassouras - RJ	11.º Ofício - R. Libero badur,
R. 7 de setembro, 193	Margal Pereira - RJ		n.º 593 Loja - G. S. Paiva
RIO	R. de Conceição, 72		
	Niterói - RJ	8.º Ofício - Av. Almeida pereira, 1162	
		8.º Horizonte - Minas Gerais	

Certidão de Óbito do Visconde de Mayrinck, fornecida pelo Registro Civil de Vassouras, Rio de Janeiro.

considerando que no Brasil, dada a diferenciação entre as línguas alemã e portuguesa, processou-se a alteração do EYE em AY.

Quanto ao brasão, descreve o livro o trabalho de Haroldo de Mayrinck, neto do Visconde, baseado em documento original alemão encontrado por seu avô num arquivo da Prússia:

"Quando Frederico Barba-Roxa, imperador da Alemanha, Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra e Felipe Augusto, rei de França, organizaram a Terceira Cruzada, havia nas tropas de Frederico um soldado de origem holandesa, homem de proporções agigantadas, que integrava o corpo da guarda do Imperador. Era um Meyerinck. Certa ocasião, os sarracenos desfecharam um ataque noturno ao acampamento cristão, visando a tenda de campanha de Frederico. O soldado, fisicamente um gigante, expulsou os invasores arremessando-lhes pesadas pedras. Em sinal de agradecimento, o Imperador, em campo de batalha, armou-o cavaleiro. Daí a explicação para o brasão: no seu corpo, a cruz das cruzadas e as pedras arremessadas. À sua volta, o emblema da Ordem da Cavalaria Germânica, encimado pela coroa de cinco pontas, equivalente ao título de barão, o que lhe concedia foros de nobreza. A inscrição alemã "Immer Treu" significa "Sempre Fiel" (lema do escudo de armas)".

Finalmente, informa o livro Vida e Obra do Conselheiro Mayrink que o Visconde morreu em 30-5-1905, mas sem mencionar o local.

Em recentes pesquisas, apuramos que o Visconde de Mayrinck faleceu em Vassouras em 30-11-1905. Houve, portanto, pequeno engano no livro referido e a data certa de falecimento é 30 de novembro e não 30 de maio, conforme verificamos no Registro Civil de Vassouras que nos forneceu a competente Certidão de Óbito.

Assim, no Cemitério Municipal de Vassouras, dorme o sono eterno o Visconde de Mayrinck, ilustre membro da família Mayrink e sobrinho-neto de Marília de Dirceu.

NOTAS

- (1) - Arquivo Nobiliárquico Brasileiro - pelos Barões de Vasconcelos e Smith de Vasconcellos - Lausanne (Suíça) - Imprimerie La Concorde MLCCCCXVIII.
- (2) - Nobreza de Portugal e do Brasil - 3 volumes, Lisboa, 1960.
- (3) - Vida e Obra do Conselheiro Mayrink (completada por uma genealogia da família) - Francisco de Paula Mayrink Lessa - Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1975.

- (4) - Segundo informa o autor do livro citado no nº 3, as cartas trocadas entre o Visconde de Mayrinck e o Tenente General Meyerinck foram escritas em alemão e a tradução feita pelo próprio Visconde. Observa-se uma falta de uniformidade de grafia no nome Mayrink. Transcrevemos tal como está no livro, parecendo-nos, todavia, que o certo seria a grafia Mayrinck em se tratando do Visconde e seus descendentes. Os originais das cartas encontram-se em poder do autor do livro.

OS ALMEIDA JÚNIOR DE AMPARO

Jorge Luiz Antônio

Amparo é uma das poucas cidades do interior paulista que possui seis quadros pintados por José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), atualmente.

Verificamos, em levantamento, que: Itu possui oito obras; Jaú, cinco; Rio Claro, duas; Campinas, Piracicaba, Santos, Taubaté e Juiz de Fora, uma.

O restante concentra-se em São Paulo e Rio de Janeiro, em instituições oficiais e colecionadores particulares.

Em Amparo, Almeida Júnior era muito estimado.

Um dos primeiros documentos que encontramos e que registra a passagem de Almeida Júnior por Amparo é o jornal CORREIO DO AMPARO, de 7, 9 e 13 de fevereiro de 1897.

Relata o jornal que Almeida Júnior chegou a Amparo pelo trem da manhã do dia 6 de fevereiro para armar o quadro "Batismo de Cristo" (1895, 2,40 X 1,40m), que fora encomendado pelo dr. Luiz Pinto de Alencar Cintra, outro amigo de Almeida Júnior. O quadro ficou algum tempo exposto na capela-mor da Matriz de Amparo e depois foi colocado no batistério.

Após armar o quadro, o pintor ituano "percorreu as ruas da cidade, sentindo a melhor impressão, especialmente pela sua invejável topographia", diz o jornal de 09.02.1897.

Continua o jornal que "o illustre hóspede visitou entre outros pontos o nosso jardim, o edifício da Câmara Municipal e o "Hospital Anna Cintra", que mereceram-lhe palavras de verdadeira satisfação, sendo em toda excursão acompanhado pelo sr. Dr. Luiz Pinto, com quem se hospedara e por vários cavalheiros, entre estes os drs. João Motta e Alfredo Patricio:" Segundo as "Efemérides Amparenses", de Aureo de Almeida Camargo, o local percorrido por Almeida Júnior, em grande parte, corresponde ao local onde estavam instalados os trabalhos feitos pelo pintor ituano.

No Museu Histórico e Pedagógico "Bernardino de Campos", sob a direção da Profa. Maria Therezinha Nogueira Frase, encontram-se reunidas as seis telas de Almeida Júnior:

RETRATO DO CONDE PARNAIBA (Arthur Prado Queiroz Telles) - 1889 - 0,81 X 0,70 m - assinado canto inferior esquerdo

RETRATO DE PREFEITO DE AMPARO (não identificado) - 1890 - 0,70 X 0,60 m - assinado canto inferior direito

RETRATO DO CORONEL LUIZ LEITE (Barão do Socorro) - 1894 - 1,30 X 0,90 m - assinado canto inferior esquerdo - Em 1899, foi colocado na sala da Câmara, em substituição a um outro quadro, danificado por mãos criminosas.

RETRATO DE BERNARDINO DE CAMPOS - 1895 - 1,24 X 0,87 m - assinado canto inferior direito

RETRATO DE JORGE TIBIRIÇÁ - sem data - 1,28 X 1,00m assinado canto inferior esquerdo (danificado)

RETRATO DE JOÃO BELLARMINO - sem data - 1,50 X 1,00m sem assinatura - atribuído a Almeida Júnior

O quadro "Batismo de Cristo" foi para a Pinacoteca do Estado no governo Adhemar de Barros. Antes, em 1939, o professor Leandro Frediani, pintor de grandes qualidades, reproduziu o quadro nas mesmas dimensões e o vendeu ao vigário da Matriz por 500 mil réis, e hoje ele se encontra no batistério da Matriz de Amparo.

Conheci o professor Leandro Frediani em 5 de outubro de 1980. Fora a Amparo rematar as minhas pesquisas sobre José Ferraz de Almeida Júnior e já me comunicara com ele para colher suas impressões sobre a cópia de "Batismo de Cristo" (1940, 2,40 X 1,40 m, assinado canto inferior esquerdo: "cópia do original de Almeida Júnior (1895) (a) Leandro Frediani (1940)" no batistério da Matriz de Amparo).

Sua obra-prima é "São Francisco entre as rosas", tela de grandes dimensões. Levou anos para criá-la, chegou a adoecer, aproveitou o tempo para estudar a vida de São Francisco, e, afinal, após muitos esboços e estudos, ela surgiu, totalmente criada, sem basear-se em nenhum modelo vivo ou morto, nem o São Francisco, que é moreno e de olhar sofrido e humilde, nem os anjos, que são loiros, morenos, amarelos negros.

DIAS D'ÁVILA - CAPUAME: A PRIMEIRA FEIRA DE GADO DO
BRASIL

*Pedro Tomás Pedreira
(do Instituto Geográfico e
Histórico da Bahia)*

A Estância Hidro-mineral de DIAS D'ÁVILA, Distrito do município de CAMAÇARÍ, goza de autonomia administrativa e financeira. Ocupa uma área de 150 Km² ao Norte da sede municipal - cidade de CAMAÇARÍ.

A atual Vila de DIAS D'ÁVILA, sede da citada Estância Hidro-mineral, teve sua origem na grande feira de gado organizada no ano de 1614 pelo primeiro FRANCISCO DIAS DE ÁVILA, neto do grande sesmeiro GARCIA D'ÁVILA, que acompanhou ao Brasil, em 1549, o 1º Governador-Geral TOMÉ DE SOUSA, e foi o instituidor do Morgado da célebre CASA DA TORRE com as terras das sesmarias de sua propriedade. Tal feira, a primeira criada no Brasil, recebeu o nome de FEIRA DO CAPUAME.

Por inúmeros anos, até a sua extinção e transferência para o lugar denominado "ARAMARY" (antes no território que depois constituiu o município de Alagoinhas, e hoje sede do município de ARAMARÍ), para ali era trazido, para venda, o gado da "Casa da Torre", proveniente de suas pastagens na região do rio São Francisco, das localizadas na zona de Jacobina, do sul do Piauí e Maranhão, e, até mesmo, através das serras, do planalto goiano. Com a mudança, pois, da feira de gado, de "Capuame" para "Aramary", passou a localidade a ser conhecida como "FEIRA VELHA DO CAPUAME", ou, mais simplesmente, "FEIRA VELHA".

Na época da campanha da Independência na Bahia (1822-1823), os irmãos ANTONIO JOAQUIM (depois Barão e Visconde da Torre de Garcia d'Ávila) e JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, então proprietários das terras da "Casa da Torre", por herança, ali mantiveram um grande depósito de munições e arsenal, depois transferido, pelo General Labatut, para o "Engenho da Passagem", propriedade da família Teixeira Barbosa.

Também em Capuame o Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (depois 1º Barão e Visconde de Pirajá), mais conhecido pela alcunha de "Santinho da Torre", formou, com escravos seus e terços de índios armados com flechas, vários batalhões, que participaram das lutas da campanha em Cabrito e Pirajá sob suas ordens.

Quanto ao nome atual - DIAS D'ÁVILA - derivou ele do Memorial remetido à Assembléia Legislativa do Estado pelo santamarense bacharel FRANCISCO BORGES DE BARROS, então Diretor (o 1º) do Arquivo Público e Museu do Estado, e também Inspetor Estadual dos Monumentos Nacionais, his-

toriôgrafo de renome, autor de inúmeros livros sobre a História da Bahia, que ali possuía uma propriedade, para que, à FEIRA VELHA fôsse dado o nome de DIAS D'ÁVILA, numa justíssima homenagem ao grande proprietário daquelas terras e ilustre sertanista FRANCISCO DIAS DE ÁVILA.

Tal Memorial, encaminhado à Comissão de Constituição da mesma Assembléia, e cujo Relator foi o então Deputado estadual PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT, notável historiador patricio, membro da Academia Brasileira de Letras e atual Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, resultou num Projeto de Lei, elaborado pela Comissão em causa em 9 de junho de 1928, o qual, aprovado pela Assembléia, tornou-se a Lei estadual nº 2.150, de 26 de abril de 1929, pela qual a localidade de "Feira Velha do Capuame" passou a denominar-se, oficialmente, DIAS D'ÁVILA.

O Distrito de DIAS D'ÁVILA, do município de CAMAÇARI, foi criado pela Lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1953 (Lei de Divisão Administrativa do Estado) e elevado à categoria de Estância Hidro-mineral pela Lei estadual nº 1.625, de 22 de fevereiro de 1962.

A Estância Hidro-mineral de Dias d'Ávila, cujo clima é de excepcional salubridade, tem uma temperatura que varia de 30º (máxima) a 19º (mínima), e fica à altitude de 36 metros acima do nível do mar.

Possui agência da ECT e telefone interligado às redes de DDD e DDI. Recebe, diretamente da Capital, as imagens dos 2 atuais canais de televisão, e breve de mais 1, a instalar-se dentro de poucos dias.

Dista da Capital, pelas rodovias BR-324 e BA-093, asfaltadas, 54 Km, podendo também ser utilizada a "Via Para fuso", que passa por dentro do Polo Petroquímico de Camaçari. Também servida pela RFFS A Divisão Leste Brasileiro.

Há tempos atrás era um pequeno e pacato lugar de veraneio, com inúmeras chácaras, e ruas calmas e bastante arborizadas; hoje é um polo turístico com crescente progresso e desenvolvimento, haja vista o surgimento, nas suas proximidades, do "Polo Petroquímico de Camaçari". Possui alguns bons estabelecimentos hoteleiros tais como o Hotel Balneário Dias d'Ávila, o Hotel Dias d'Ávila, o Suez Balneário Hotel, o Hotel Imbassaí, etc, sendo o primeiro o único classificado, pela EMBRATUR, com 2 estrelas.

Um vulto importante da localidade foi, inegavelmente, o Major LADISLAU DOS SANTOS TITARA, cujo nome verdadeiro era Ladislau do Espírito Santo Melo.

Filho natural do Advogado santamarense Manuel Ferreira dos Santos Reis com Isidora Maria, nasceu ele na então localidade de "Feira do Caruame", atual DIAS D'ÁVILA, em 24 de maio de 1801, batizado, em 24 de junho do mesmo ano, na Igreja Matriz da Freguesia do Senhor do

Bonfim da Mata de São João, pelo então Vigário Padre Francisco José Alves de Souza, sendo padrinhos o Tenente Antonio Fogaça de Mendonça e sua esposa Da. Maria Eugênia.

Fez seus primeiros estudos - Gramática e Latim - com seu irmão paterno João Gualberto, então professor na Mata de São João, terminados os quais seguiu para a Cidade do Salvador, onde estudou Matemática e Geometria com o Professor Antonio Ferreira França. Dalí viajou para Portugal, matriculando-se na Universidade de Coimbra para estudar Medicina, curso interrompido quando do rompimento da Revolução Constitucionalista na Bahia, em 1821, ano em que para ali retornou.

Na campanha da Independência lutou nas forças independentistas sob o comando do General Labatut e do Coronel José Joaquim de Lima e Silva (depois Visconde de Magé), sendo efetivado no Exército e transferido para o sul do País.

Quando servia no Rio Grande do Sul, casou-se com da. Engrácia Alves Pereira, tendo um filho - João - cujo padrinho foi Luiz Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias.

Promovido a Major por Decreto de 2 de dezembro de 1856, em março de 1857 foi transferido para o Rio de Janeiro.

Desde 17 de agosto de 1840 havia sido eleito Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando ainda servia no Rio Grande do Sul. Era, também, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz.

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de março de 1861.

Autor do célebre poema PARAGUAÇÚ, no qual descreveu a campanha da Independência na Bahia, bem como o da letra do "HINO AO 2 DE JULHO", cuja música foi composta pelo Maestro cachoeirano JOSÉ DOS SANTOS BARRETO, Escreveu outros trabalhos de real valor.

APÊNDICE

Parecer ao Projeto de mudança do nome "Feira Velha do Capuame" para "DIAS D'ÁVILA

"Da Comissão de Constituição.

Parecer.

Que passe a denominar-se "Dias d'Ávila" a localidade de "Feira Velha do Capuame" - pede à Assembléia o Sr. Dr. Francisco Borges de Barros.

Ninguém, na Bahia, conhece melhor do que o autor de Sertanistas e Bandeirantes a nossa história territorial.

Assim, ninguém mais autorizado para justificar uma homenagem daquele porte. E deu-lhe os motivos bastantes no requerimento, referido de erudito comentário, que dirigiu à Câmara dos Deputados o brilhante Diretor do Museu da Bahia.

Feira Velha, no caminho do sertão, rasgado pelo primeiro dos Senhores da Torre de Garcia d'Ávila ali ficou por marco da aventura bandeirante. Há mais de trezentos anos, esse entreposto sertanejo centralizava o comércio de gado da Capitania. Ao seu tempo, era o mercado da incipiente pecuária brasileira que maiores rebanhos atraía, des-cobidos das pastagens do Rio S. Francisco, dos campos de Jãcobina, do sul do Piauí, do Maranhão, até, através das serras, do planalto goiano, pelas mesnadas dos vaqueanos da grande casa do litoral. Perdeu depois a importância, que lhe advinha de estação obrigatória no trilho do sertão alto; deslocou-se para mais adiante o eixo econômico; como ao próprio morgado, a essa faustosa baronia, a grei preclara, a decadência inevitável, tirou a Feira Velha os títulos de sua preeminência. Quem hoje, ante a açanhada estação ferroviária da Leste Brasileiro, recordará o seu perdido esplendor, e a gente heróica e nobilíssima que a enchia de rumores d'armas e écos gloriosos?

Francisco Dias de Ávila foi o neto e o continuador de Garcia de Ávila, o primeiro. Herdando do antigo creado de Tome de Souza os latifúndios, que serviram de base à prodigiosa fortuna imobiliária da Casa da Torre, estendeu os seus domínios pela orla do mar, avançou-os em demanda do centro e do nordeste, descobriu, por intermédio da sua famulagem, as matas e as serranias de Jacobina. A Dias de Ávila o primeiro sucedeu, mais ilustre, mais ambicioso, mais resplandescete, Dias de Ávila o segundo, com razão reputado o maior dos bandeirantes do périplo do norte. Em suas veias corria, escaldante, o sangue dos barões medievais. Dir-se-ia que nascera, sob um signo militar, em velha corte borgonhesa. Avezou-se, puzeram de milhares vas-salos, ao manejo das armas, à conquista, aos feitos de cavalaria do bom gosto feudal. Saiu, por vezes numerosas, à guerra com os gentios; entrou-lhes pelas terras, até no coração maranhense, às margens do Mearim; devastou-lhes as tabas pelo Piauí, ao longo do São Francisco, nas fraldas das montanhas lindes de Goiás, pelo centro da Bahia. Acumulou riquezas extraordinárias. O castelo, que Garcia de Ávila levantara, com o seu grave traço de fortaleza espanhola, sobre as lombas de Tatuapara, dominando o oceano, enfeixou tesouros magníficos, iluminou-se de pompas princí-pescas, ressoou de metais guerreiros, refletiu intensamente a glória daquela estirpe e as honras de sua militância. Com isso, os mistérios do sertão profundo se esclareciam, com o desdobramento da onda povoadora, que já atingia o ma-ciço central e precipitava-se, à cata do ouro, para o sul, para o este ...

Os fidalgos da terra, porém, não foram somente ami-

gos de sua fazenda. Aliciaram-se, desde que de brasileiros precisou o Brasil - à pátria, a que tão inteiramente serviram.

Na guerra com os de Holanda, a casa forte da Torre guardou, com os baluartes inexpugnáveis, a entrada de Sergipe. Abrigou, generosa, o exército exausto de Bagnuolo. Queimando almenaras signaleiras, avizava as guarnições da Polícia e os postos disseminados pela costa adernada...

Morto aquele grandioso Francisco Dias de Ávila, e extinta a linha masculina com o Coronel Garcia d'Ávila Pereira, dos descendentes do Almojarife da Cidade do Salvador de 1549 - os Pires de Carvalho levantaram do chão a espada dos sertanistas. A Independência encontrou-os de pé, unidos, invencíveis na defesa da causa nacional. Prêmio notável conferiu D. Pedro I a esses excelentes servidores, assinando em favor do primogênito o 1º título de nobreza concedido pelo Império.

O Barão da Torre de Garcia d'Ávila - releva notar-se-foi o mesmo que em vésperas da conclusão da guerra da liberdade escrevia para alguém de sua amizade - que tudo, a vida, a fazenda, a família, tudo sacrificará à independência nacional...

Honra lhes seja, portanto, aos incomparáveis baianos, que integraram a Bahia por seus limites geográficos e na sua emancipação brasileira.

Os papéis, os povos, vivem dos seus símbolos e dos seus heróis, como o homem individual da herança e da educação, substrato das influências ancestrais.

Comemoremo-los aos avós imortais, pelo bem que nos fizeram, com a largueza do seu legado e a imensidade de sua fé. Aquele patrimônio - fluímolho hoje, essa crença fiel nos destinos da nacionalidade, é a força, agora, que engrandece, unifica, consolida na ordem e na paz, projeta sobre o mundo o futuro do Brasil.

A Comissão de Constituição, considerando também que a mudança de denominação para "Dias de Ávila", de Villa (Feira) Velha do Capuame exprime justa e condigna homenagem a Francisco Dias de Ávila, criador, pelo ano de 1614, desse mercado de gado, o primeiro que teve a Bahia;

Considerando que devem partir dos poderes públicos atos que tais, representativos do reconhecimento da posteridade e da patriótica compreensão, que eles têm, do passado heróico do Brasil;

e Considerando que a aludida providência é proposta pelo Diretor do Museu da Bahia e Inspetor Estadual dos Monumentos Nacionais, resolve recomendar ao voto dos Senhores Deputados o seguinte

PROJECTO DE LEI N.

A Assembléa Geral decreta:

Art. 1º - Passará a denominar-se "Dias de Ávila" a localidade de Feira Velha do Capuame.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Em Câmara, 9 de Junho de 1928.

(a) PEDRO CALMON, Relator. - Epaminondas Berbert."

"À Imprimir."

(Documentos da Assembléia Legislativa do Estado - Bahia)

Tal Projeto resultou na Lei estadual nº 2.150, de 26 de abril de 1929, denominando "Dias D'Ávila" a povoação de "Feira Velha do Capuame", do município de CAMAÇARI, e atual Estância Hidromineral de Dias d'Ávila.

Bahia, fevereiro de 1981

OSÉ JOAQUIM DA PALMA

Durval Moreira da Silva Lima

O Desembargador José Joaquim da Palma, filho do Professor J.J. Palma, ilustre mestre de muitas gerações baianas de outrora, e de D. Maria Moreira da Palma, nasceu a 20 de Abril de 1852, na Cidade do Salvador, antiga Província da Bahia.

Fez os seus primeiros estudos na sua terra natal e, findos estes, matriculou-se na Faculdade de Medicina. Pouco depois, entretanto, interrompeu o curso médico para ingressar na Faculdade de Direito de Recife, escola pela qual se bacharelou.

Iniciou a sua carreira como Promotor da Comarca de Itapicurú, na sua província natal. Ao proclamar-se, porém a República, exercia o cargo de Chefe de Polícia do Pará, funções que logo deixou, regressando à Salvador, onde, no Governo Manoel Vitorino, por algum tempo apenas, exerceu, também, idênticas funções, no já Estado da Bahia.

Posteriormente, fixou residência no sul do país, ingressando na magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Juiz de Direito da Comarca da Barra do Pirai. Como coroamento de uma brilhante carreira, foi, ainda, Procurador Geral do Estado e Desembargador do Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou.

Como deputado, representou a Bahia, em várias legislaturas, na Câmara Federal. O seu nome figurou várias vezes entre os indicados à Suprema Magistratura do seu Estado natal. Rui Barbosa, em 1923, ao presidir em Petrópolis, poucos dias antes de falecer e, portanto, pela última vez, a bancada baiana no Congresso, indicou seu nome para o alto cargo de Governador da Bahia e, segundo seus íntimos, morreu pouco dias depois certo de que seu candidato seria o eleito.

Foi amigo de muitos brasileiros ilustres, entre os quais Francisco de Castro, o Príncipe da Medicina do seu tempo, e de Rui Barbosa, a Águia de Haia, com quem diariamente se encontrava e de quem era considerado um dos maiores e mais fiéis amigos.

O JORNAL DO COMÉRCIO, do Rio de Janeiro, de 29/9/1927, ao noticiar o falecimento do Desembargador J.J. Palma, entre outras considerações elogiosas, publicou as seguintes:

"Culto, dotado de um brilhante espírito e de um grande senso jurídico, applicava os princípios do direito em busca da verdade legal, com a mesma rapidez e precisão como faria um matemático com as suas fórmulas. No Tribunal de Justiça do Estado do Rio, do qual era Desembargador aposentado, sua opinião era acatadíssima.

Manejava a língua com muita propriedade, num estilo agradável, expressando as suas idéias com muita clareza e concisão. Foi um dos raros magistrados que, dedicando-se à advocacia, exercera este ministério com verdadeiro êxito.

Rui Barbosa, a quem o estreitava uma velha e sólida amizade, lamentava que não fosse o seu amigo um estudioso, porque teria sido um dos maiores jurisconsultos pátrios.

Depositava o grande baiano tanta confiança nos talentos do morto, que o encarregara de escrever as razões de apelação do Estado do Espírito Santo, na causa de limites com Minas Gerais. Houve-se o extinto de tal forma que não desmereceu da confiança em que o tinha o mestre, antes, pelo contrário, consolidou-a com um trabalho magistral, no qual não se sabe o que mais apreciar, se a profundidade do estudo, a lógica da argumentação ou a elegância da frase.

Pela sua independência, saber e integridade moral, realizara aquilo que Bacon queria que todo magistrado fosse: "anchora legum".

O Desembargador José Joaquim da Palma, pelas suas qualidades de inteligência, caráter e cultura, aliadas às de um verdadeiro gentleman, foi uma figura grandemente acatada nos meios cultos e sociais da Capital da República. Casado com D. Maria da Glória Pontes Palma, faleceu no dia 25 de Setembro de 1927 no Rio de Janeiro, não deixando filhos.

A PROPÓSITO DE CRUZ E SOUSA

Brasil Gerson
(do Instituto Histórico e
Geográfico do Rio de Janeiro)

O "Boi de Mamão", uma revista sobre literatura e artes plásticas, publicada em Florianópolis pela Fundação Catarinense de Cultura, dedica o seu número mais recente, que recebi, a um concurso nacional de poesia em homenagem ao poeta negro Cruz e Souza promovido pelo Governo Jorge Bornhausen com três prêmios num total de um milhão de cruzeiros para os três melhores livros de poesia: dos que não se inscrevessem, e isso com o propósito, sem dúvida, de manter sempre vivo o nome daquele que haveria de tanto honrar a inteligência de sua terra, pois nas duras lutas em que se empenharia para engrandecer-se, na verdade a estaria engrandecendo também.

Cruz e Sousa, sobre quem R. Magalhães Jr. escreveria num de seus livros, era filho de um escravo do Marechal Guilherme Xavier de Sousa, que o batizaria com o seu sobrenome, encarregando depois sua alfabetização a uma professora que também teria como aluno outro futuro intelectual, o escritor, promotor e medium espírita Araújo Figueiredo. Companheiros inseparáveis desde então, Araújo Figueiredo, que a Cruz e Sousa sobreviveria por mais de vinte anos, deixaria nas suas memórias (não publicadas até agora) um bonito perfil dele desde menino até, já depois dos 20 anos, a sua partida de Santa Catarina para o Rio, em 1888.

A mãe de Araújo Figueiredo era comadre da professora de ambos, e nas suas memórias, em parte divulgadas pelo "Boi de Mamão", ele nos conta que indo visitá-la ouviu dela estas palavras, que então lhe pareceram proféticas:

" - Viu a comadre Bela aquele crioulinho de olhos muito vivos, que acabou de sair? perguntou minha mãe à professora Camila. Pois é o mais estudioso dos meus discípulos e o mais obediente.

Não imaginava a sua comadre Bela como ia de vento em popa aquele seu discípulo, não tardando muito a retirar-se da escola por não ter a sua professora mais o que lhe ensinar."

No dizer de seu companheiro e amigo, o grande poeta negro era de simpática aparência, de estatura mediana, andar cadenciado. Seus grandes olhos negros tinham um fundo de opala e suas mãos muito bem feitas, sem que seu cabelo fosse de todo encarapinhado e sim um pouco aveludado. A barba sempre escanhoada, jamais saía à rua sem os seus sapatos lustrados, mesmo que para lustrá-los tivesse que prescindir às vezes do café de que tanto gostava. Sem poder viver no Desterro de atividades intelectuais, trabalha

va no comércio como caixeiro cobrador e até de balcão de um importador de xarque do Uruguai, e dava aulas particulares (aluno que fôra depois do Ateneu Provincial e do sábio alemão Fritz Muller), e devendo-se a sua intimidade com os poetas italianos, que recitava fluentemente, aos livros, inclusive a "Divina Comédia", de Dante, que um padre seu vizinho lhe emprestava.

Integrado assim no meio literário e artístico da capital de sua Província, então chamada Desterro, e tendo também entre seus amigos Virgílio Várzea (o maior dos marinhistas da literatura brasileira), Cruz e Sousa só seria descoberto, porém, pelo grande público da sua terra natal ao chegar a ela a Companhia Dramática Julieta dos Santos, do ator e empresário e poeta, também, Francisco Moreira de Vasconcelos. Frequentador de seus espetáculos, se tornaria íntimo ainda de seus artistas, e para que no "benefício" de sua estrela, tão festejada por todos os jovens da cidade, recitasse no palco, em homenagem a ela, um de seus poemas, vibrantemente aplaudido, e, ainda mais, para acompanhá-la a essa companhia itinerante, ao Rio Grande, como seu empregado, como seu "Ponto" (...) aquele que fica escondido da plateia, na "caixa", a fazer lembrar aos artistas as suas "falas" seguintes, o que antigamente era muito mais necessário que hoje, porque as peças não permaneciam muito tempo em cartaz, pois mesmo no Rio, e até uns vinte ou trinta anos atrás, muitas delas eram substituídas até semanalmente).

Estávamos então ainda na primeira metade da década de 80, do Oitocentismo, mas o seu desejo de partir para a capital do Império esse ele só o realizaria em 1888, e com a ajuda de seu amigo Germano Wendhausen, um negociante forte do Desterro, como se depreende da carta que a respeito a revista da Fundação Catarinense de Cultura agora revela em cópia fotográfica e com este final:

"Assim, tendo já deliberado a minha viagem para a Corte, venho valer-me do seu prestígio e da sua generosidade jamais desmentidas pedindo-lhe encarecidamente para influir com o seu amigo e correligionário Virgílio Villela sobre uma passagem, ou, no caso de ser isso absolutamente impossível, embora meu excelente amigo envie os seus esforços, fazer-me o supremo obséquo de me emprestar 50\$000 réis para eu poder transportar-me, pois, fica na honestidade do meu caráter e do meu brío satisfazer-lhe essa importância desde que o trabalho me garanta mais poderes para isso.

Bem sei que já o ocupei e que me serviu tão bondosamente, com tanta consideração e apreço, mas, no estado em que vivo não vejo a quem recorrer senão à sua prestimosa individualidade.

Sabe Deus quanto me custa e quanto a minha dignidade se vê abatida por me ver obrigado a fazer-lhe tal pedido! Mas, acredite o Sr. Germano Wendhausen que em mim verá

sempre um rapaz sincero, franco e leal, daqueles que não abusam e que sabem ser gratos. Só a sua pessoa me pode valer, e eu a ela me dirijo com confiança, em nome de sua veneranda mãe."

Já no Rio, Cruz e Sousa obteria o seu primeiro emprego num jornal pela mão de um outro poeta, o paranaense Emiliano Pernetá, redator-chefe da "Folha Popular", com sua redação na Rua do Ouvidor, precisamente, que nesses idos não era apenas a das grandes casas de modas (ou boutiques), e das livrarias e confeitarias, e a dos passeios obrigatórios do que de mais representativo e elegante a grande cidade imperial possuía, e sim também uma rua jornalística por excelência, quando a imprensa fluminense ainda dispunha de um tipo de jornal hoje nela de sobrevivência já impossível. Eram jornais que safam geralmente à tarde, de seis ou oito páginas, podia dizer-se que improvisados, de vida quase sempre efêmera, vendidos a cem ou duzentos réis e apregoados nas ruas pelos jornaleiros - Olha o "Debate"! Olha o "Rebate" - e impressos em oficinas alheias, com os seus redatores ou repórteres poucas vezes conhecendo o gosto de um salário recebido em dia, completo, a viverem de "vales" de dez, de vinte ou trinta mil-réis aos sábados, o que só lhes permitia se alimentarem de média e pão e manteiga ou de sanduiches de mortadela com caldo de cana na Galeria Cruzeiro, debaixo do antigo Hotel Avenida, porque mesmo um almoço ou um jantar num "china" das proximidades da Praça Tiradentes, a um mil e cem, e com frango no cardápio, nem sempre podia ser coisa de todos os dias ...

Redator da "Folha Popular", Cruz e Sousa o seria também da "Cidade do Rio", de José do Patrocínio, um dos seus novos grandes amigos, tanto quanto Nestor Vitor. E rapidamente se converteria num dos nossos mais brilhantes poetas simbolistas, que estavam para os do seu tempo como os modernistas de hoje para os da geração de Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. Casando-se com uma mulher da sua cor, e tendo filhos, é claro que a poesia e o jornal não bastariam para o seu sustento, e então passaria a trabalhar também na Central do Brasil como arquivista. E teria dois livros publicados ainda em vida: Missal, poemas em prosa, de tanto sucesso, e Broquéis. E assim estava, brilhando tanto, quando, por outro lado, duas desgraças, uma logo seguida de outra, haveriam de derrubá-lo: o triste fim de sua mulher, e a tuberculose (essa doença que cortaria pelo meio a vida de tantos dos nossos poetas) a obrigá-lo a tentar sua cura (uma esperança para ele) no interior de Minas, onde, no entanto, morreria a 18 de março de 1898, tão moço, e dando-se o caso inacreditável de ser mandado o seu corpo para o Rio, para que seus amigos o enterrassem, num vagão de carga, para o transporte de animais, sem direito a um caixão, por mais modesto que fosse...

Nestor Vitor, que o queria tanto, escreveria sobre

ele no dia seguinte em "O Paiz", dirigido por Quintino Bocaiuva, depois de recordar o que lhe custara ter talento e triunfar como poeta sendo um pobre negro, filho de um escravo, vítima, por isso mesmo, de tanto desprezo, de tanta mal disfarçada inveja:

"Ele contava muitas vezes, a sorrir, entre íntimos, injúrias que sofrera por isso, insultos que recebera, tendo tido na vida, até certo ponto, o repúdio que sofre um lázaro, e, menos na ocasião em que se lhe ouviam as frases desdenhosas, breves e cheias de humor com que ele ia espalhando sem querer sua lenda de intelectual proscrito, do que depois, um dia em que nos voltavam ao ouvido aquelas palavras cheias do soluço que ele então ocultara, ficava-se com os olhos rasos de água a pensar nesse trágico destino, na desgraça que pode vir com a própria superioridade e com a própria grandeza.

Por este lado principalmente os tempos irão dando ao perfil de Cruz e Souza qualquer coisa do perfil de Verlaine, cheio de sedução e compassivo"

Mas como eram seus versos? - poderia hoje alguém perguntar, já não mais reeditados os seus livros, como também os dos demais simbolistas de sua geração.

Pois eram assim, como este, por exemplo, intitulado "A Morte":

"Oh! Que doce tristeza e que ternura
No olhar ansioso, aflito dos que morrem.
De que âncoras profundas se socorrem

Os que penetram nessa noite escura!

Da vida aos frios véus da sepultura
Vagos momentos trêmulos decorrem...
E dos olhos as lágrimas escorrem
Como faróis da humana Desventura.

Descem então aos golfos congelados
Os que na terra vagam suspirando,
Com os velhos corações tantalizados.

Tudo negro e sinistro vai rolando
Báratro abaixo, aos ecos soluçados
Do vendaval da Morte ondeando, uivando..."

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

Nicolau Abrantes

Associando-se às comemorações do primeiro centenário de fundação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, transcorrido a 11 de maio último, o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas - CPDOC - editou, em versão preliminar, a bibliografia referente às publicações que compõem a coleção daquela instituição, hoje integrando, com outros arquivos particulares e bibliotecas, seu acervo documental.

Fazem parte da bibliografia, organizada por Ana Lígia Silva Medeiros e Maria Luiza de Andrade Queiroz, segundo as regras da ABNT e reunindo, quando necessário, resumos e notas explicativas, estudos, cartas, manifestos, artigos e pronunciamentos diversos da instituição e de seus fundadores e principais propagadores, entre os quais Miguel Lemos e Teixeira Mendes. Compreendendo 591 referências, distribuídas em ordem alfabética, e complementadas por um índice de assuntos, o trabalho fornece elementos valiosos para o estudo do pensamento positivista, desenvolvido por Augusto Comte na França do séc. XIX e que começou a se difundir no Brasil, a partir de 1870, com profunda repercussão em momentos decisivos da vida nacional, como a abolição da escravatura, a proclamação da República e a elaboração da Constituição de 1891, além dos debates de que participou, na tribuna parlamentar e na imprensa, nos primeiros anos do regime republicano.

À margem as referências cronológicas do trabalho agora publicado pelo CPDOC, a rigor, a doutrina positivista, considerada como fator da "primeira grande transformação na história da inteligência brasileira" (1), teve, na realidade, suas primeiras manifestações detectadas no início da década 50 do século passado. Precisamente, em 1850, Manuel Joaquim Ferreira Sá fazia alusão às ideias de Augusto Comte, em sua tese de doutoramento à Escola Militar, seguindo-se-lhe, no mesmo estabelecimento de ensino, Joaquim Alexandre Manso Saião (1851), Manuel Pinto Peixoto (1853), Augusto Dias Carneiro (1854) e Antônio Ferrão Muniz de Aragão (1858). Em 1865, entretanto, é que viria surgir, na opinião de Raimundo Teixeira Mendes, citado por João Cruz Costa em sua "A História da Filosofia no Brasil" (2), a primeira manifestação social do positivismo entre nós, apesar de imperfeitamente traduzir os ensinamentos de Augusto Comte, com a publicação do opúsculo "A Escravatura no Brasil", de Francisco Brandão Júnior.

Em relação à divulgação propriamente dita, das "ideias novas", segundo o mesmo autor, o ano de 1874 assinala a edição do primeiro volume da obra "As Filosofias", de

Luís Pereira Barreto, ou seja "A Filosofia Teológica", que considera "a primeira obra de divulgação da doutrina positivista, livro que inaugura a tendência positivista no Brasil" (sic). Seguiu-se a esse trabalho o segundo volume da série, em 1876, "A Filosofia Metafísica", deixando de ser editado o último, que, provavelmente, se intitularia "A Filosofia Científica" ou "Positiva", conforme a concepção comtiana, das três fases de evolução das ciências, classificadas por "ordem de complexidade crescente e generalidade decrescente", em matemática, astronomia, física, biologia e sociologia, todas convergindo, progressivamente, para esta última. Foram ainda, de Pereira Barreto, "Soluções Positivas da Política Brasileira" (1880) e "Positivismo e Teologia" (1880), mas é aquela série inicial - "As Três Filosofias", das quais, afinal, resultaram apenas as duas primeiras - que são creditados os méritos do pioneirismo na difusão do ideal positivista, apesar de lhe negarem originalidade, pois "veio marcada por um anseio de reforma prática, eficaz, ativa, que não existe nos demais filósofos brasileiros, todos eles simples repetidores de doutrinas puras" (sic. ob. cit. pag. 2044).

AS ORIGENS E A AÇÃO DO POSITIVISMO

Ao surgir o primeiro volume de "As Três Filosofias" em 1874, segundo esclarece ainda Cruz Costa, Miguel Lemos (Rio de Janeiro 1854/1917), então estudante da Escola Central, travava conhecimento com algumas obras de Augusto Comte. "Até então - diz ele (3) a doutrina positivista fizera-se sentir, de modo difuso, através de professores de matemática que utilizavam em seus cursos as obras de Comte. Benjamin Constant era um deles. Em 1875 já Miguel Lemos era um ardente discípulo da filosofia positiva. Nesse mesmo ano, Raimundo Teixeira Mendes (Maranhão, 1855-1927) aderiu também às idéias comtianas". E mais adiante, informando sobre as origens e a evolução do movimento:

"É mister assinalar que desde 1874, quando entra a expandir-se o positivismo no Rio de Janeiro, havia dois grupos positivistas: o dos ortodoxos (Miguel Lemos e Teixeira Mendes) e os heterodoxos ou dissidentes. Do segundo grupo fizeram parte Antonio Carlos de Oliveira Guimarães, Álvaro de Oliveira e Joaquim Ribeiro de Mendonça. Os ortodoxos são os fundadores da Igreja Positivista do Brasil, cuja sede ficava situada à rua Benjamin Constant, 74, no Rio de Janeiro, verdadeiro marco de um dos grandes momentos da história da nossa cultura."

"O segundo grupo, o heterodoxo, limitou-se a recomendar a filosofia científica de Comte, sem nenhuma preocupação política e social; o outro teve marcada atividade religiosa. As doutrinas de ambos os grupos são as de Comte, mas os positivistas do Apostolado, republicanos, a seu modo, não concorreram diretamente para a transforma-

ção política de 15 de novembro de 1889, para a proclamação da República. No seu Benjamin Constant, assim escreve Teixeira Mendes: "Nós fomos alheios ao levante (de 15 de novembro de 1889): não o aconselhamos, e nem o aconselharíamos, se houvéssimos sido consultados". A sua ação, porém, terá grande peso por ocasião da primeira Constituinte republicana, em 1891. "A História do positivismo ainda não acabou - escrevia há alguns anos, com razão e sem veleidades de paradoxo, Oto Maria Carpeaux. O Positivismo brasileiro tem sido uma espécie de grande mito em nossa história. Ele é, talvez, como também percebeu o mesmo autor, "um símbolo de realidades mais profundas", talvez o símbolo de profundas contradições do destino nacional. E se declinou como doutrina, talvez esteja ainda vigente, em forma difusa, na nossa maneira de considerar a vida e o mundo".

Na verdade, à simples leitura da bibliografia, percebe-se, mesmo com a restrição admitida acima, quanto foi intensa e variada, no plano político-social e no puramente doutrinário-filosófico e religioso, a atuação dos positivistas ortodoxos, sobretudo Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Numerosos são os temas de importância nacional e internacional ali reunidos, através de cartas, manifestos, artigos, livros e outros documentos. Foi assim, por exemplo, além dos já referidos inicialmente, em relação à vacinação anti-variológica obrigatória, à questão dos limites Brasil-Argentina, ao ensino obrigatório, aos indígenas brasileiros, à simplificação ortográfica, às greves operárias sob o regime republicano, a guerra civil na Espanha, à agressão à Finlândia, ao projeto de ensino das artes plásticas, à reorganização da assistência pública no antigo Distrito Federal, ao divórcio e às relações entre católicos e positivistas.

A DOCTRINA E AS OBRAS DOS POSITIVISTAS BRASILEIROS

No terreno puramente teórico ou doutrinário, estreitamente vinculado no Brasil, ao proselitismo através da imprensa e da tribuna parlamentar - além do "sacerdócio" exercido pela Igreja e Apostolado Positivista, sobretudo no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - também se mostra fértil a bibliografia. A simples referência às obras e documentos divulgados, principalmente os que trazem as assinaturas de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, ao lado de consulta a outras fontes, evidencia esse fato. Do primeiro, citados no trabalho de Cruz Costa (4) como "suas principais obras", estão as "Circulares", por ele distribuídas, entre 1881 e 1897; "O Positivismo e a Escravidão" (2a. edição, 1934); "Le Positivisme et le Sophiste Pierre Laffite" (2a. ed., 1936); "Imigração Chinesa" (1881); "Nossa Iniciação no Positivismo" (1889). Em colaboração com Teixeira Mendes, Bases de uma Constituição Política,

Ditatorial, Federativa, para a República Brasileira, a "Política Brasileira e a Grande Naturalização" (2a. ed., 1935). De Teixeira Mendes, que foi o sucessor de Lemos no Apostolado, são destacados: "O Ano sem Par" (1900); "Benjamim Constant" (Ed. comemorativa, 1936); "A Pátria Brasileira" (2a. ed., 1902); "Resumo Cronológico da Evolução do Positivismo no Brasil" (1930); "A Universidade" (2a. ed., 1903); e "A Bandeira Nacional" (2a. ed. 1921).

Definido como "sistema ou tendência filosófica, cujo caráter fundamental consiste em considerar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais, invariáveis, e em desprezar como vã, toda pesquisa sobre as causas primárias e finais, isto é, toda especulação sobre a natureza, a causa primária, o positivismo teve como seus precursores ou influenciadores Kant, Montesquieu, Condorcet e sobretudo Saint-Simon, de quem Augusto Comte aproveitou as idéias principais" (5) Segundo Comte, a filosofia deveria elevar-se a uma representação ao mesmo tempo una, positiva e sistemática do universo, e, por outrolado, as diversas ciências deveriam passar por três estados: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o científico ou positivo. Todas elas, por sua vez, tenderiam a convergir progressivamente para a sociologia, esta compreendida sob duas divisões, respectivamente "Sociologia Estática" (o estudo do indivíduo, da família e da sociedade) e a "Sociologia Dinâmica" ou "Dinâmica Social", voltada para o estudo da lei do desenvolvimento das sociedades, ou seja, a "Lei dos Três Estados", acima referida. Em Saint-Simon, sem dúvida, em sua teoria do progresso social - o determinismo histórico - é que Augusto Comte e seus seguidores foram buscar, na França do séc. XIX, as idéias centrais e principal inspiração. Para aquele filósofo e "socialista utópico" (6), o que se reflete em seus livros "Introdução aos trabalhos científicos do séc. XIX", "Reorganização da Sociedade Européia", "A Indústria" e "O Novo Cristianismo", o desenvolvimento social era determinado pelo progresso das ciências, da moral e da religião", concebida a história como tal, pela divisão e desenvolvimento de três grandes fases: a teológica (as sociedades escravista e feudal), metafísica (fusão dos sistemas feudal e teológico) e positivista (ordem social do futuro, transformação do governo político sobre os homens em administração das coisas e direção dos processos de produção).

No grande filósofo francês, considerado "o mais universal dos espíritos e homens de seu tempo" (7), é que Augusto Comte e discípulos se apoiaram, fundamentalmente, para elaborar as bases essenciais da doutrina. No Brasil, também, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, tendo como principal figura, no plano político, Benjamim Constant, "por sua imensa influência, saber e caráter" (8), sonharam fazer da Igreja e do Apostolado Positivista o centro aglutinador e difusor das idéias contidas, para organização de uma sociedade justa, moralmente saudável e dirigida segundo as leis e progresso das ciências, numa Pátria livre e emanci-

pada. Embora não o hajam alcançado todavia, repetindo Oto Maria Carpeaux, poder-se-á dizer que, em compensação, "a história do Positivismo ainda não acabou" e, com os estudiosos de seu rico acervo documental e seus novos e prováveis seguidores, tão idealistas e nobres como no passado, muita coisa terá ainda de ser feita e escrita.

Bibliografia

- 1) "A História da Filosofia no Brasil" - tomo IV. pág. 2043 - Enciclopédia Delta Larousse; (2) Pág. 2043 ob. cit. (3) Pág. 2044 ob. cit. (4) Pág. 2044 ob. cit. (5) Pag. 744, vol. 3º "Lello Universal". (6) Pequeno Dicionário Filosófico", pág. 511, 512 - Saint-Simon, Claude Henri de. (7) "Pequeno Dicionário Filosófico", pág. 511 - Saint-Simon. (8) Lello Universal, vol. 1. pág. 632, Constant Botelho de Magalhães, Benjamim.

NO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO CONDE DE SERGIMIRIM

Sob o título acima, inserimos, em nossa edição de março passado, artigo assinado por Rui Vieira da Cunha, ilustrando-o com fotografia do Conde de Sergimirim, omitindo, entretanto, a gentileza da cessão da mesma pela Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional.

Suprimos, pois, a omissão, renovando nossos agradecimentos ao chefe daquela Divisão, Dr. Dirceu Pinho França.

A VIDA DOS DOCUMENTOS

BRASIL E PARAGUAI UNIDOS POR MATRIMÔNIOS

*Thalita de Oliveira Casadei
Do IHGB*

Um campo ainda por desbravar dentro dos estudos sociais é o referente aos enlaces que uniram famílias brasileiras e paraguaias no após-guerra. Insistimos sempre em combater a idéia de que o Brasil e o Paraguai eram inimigos; a guerra de 1865-1870 travou-se contra o Governo de Lopez e não contra o povo paraguaio. E a prova disso se constata, nos diversos casamentos realizados entre os dois povos e abençoados por Deus, pois os seus processos guardam-se na Cúria Diocesana de Niterói. O levantamento desses eventos foi parcialmente feito, mas, mesmo assim, nos indica um caminho para que, no âmbito das pesquisas sociais, se examine mais detidamente esse entrelaçamento entre os dois povos amigos.

No ano de 1872 encontramos dois enlaces, o primeiro do paraguaio, nascido e batizado em Assunção, Juan de La Cruz Gimenez de Larrosa, filho de Ramón Dolores Gimenez e de Nicolasa Gimenez de Larrosa, com Maria Paula Xavier, filha de Joaquim Xavier Batista e Maria Paula Xavier, realizado na Catedral de São João Batista, em Niterói.

O 2º enlace desse ano foi o de Cândido de Araújo Viana, tenente de Polícia, com Maria Joana Masson, católica, nascida no Paraguai. Ele filho de Joaquim de Araújo Viana e Felícia Araújo Viana, nascido em Niterói e lá morador, com exceção do tempo em que esteve na Campanha do Paraguai, por espaço de 5 anos. Solteiro, morava na rua de São Carlos, hoje Silva Jardim.

Ela, filha de Francisco Ascurra Masson e de Catarina Masson, nasceu em Assunção, de onde saiu quando se iniciou a Guerra, indo para a Vila de Peribebui e, depois, para a de Rosario. Daí para a cidade de Assunção, chegara ao Brasil há 2 anos; era solteira e seu pai falecera em combate.

Como testemunha figura Antônio Correa de Albuquerque, Tenente Honorário do Exército, que, em Vila do Rosario, conheceu a moça, filha de um paraguaio morto em combate. Esse ilustre oficial esteve em outros locais e voltou ao Brasil e a Niterói, com o Batalhão 44.

Em 1874 teve início o processo de casamento do Alferes da Companhia fixa de Infantaria da Província do Piauí, adido ao 14º Batalhão da mesma arma, José Eulálio Cunha Martins, com a paraguaia Sinforosa Ramona Quevedo. O militar declarou ao Sr. Bispo que desde a idade de 11 anos

criou a menina, que a partir de 1870 com ela vivia e dela tinha um filho. Tendo sido removido para o Piauí, pretendia dispensa de impedimentos em que se achavam ligados, da justificação a que estavam sujeitos e de banhos, pedindo a mercê de seu casamento ser celebrado pelo Capelão do 14º Batalhão de Infantaria, na Armação, Niterói. O Sr. Bispo pediu informação sobre o batismo da noiva e a resposta deu-a o Missionário Apostólico (1) nos seguintes termos:

"Em consciência não posso atestar, mas sei que é costume fielmente observado no Paraguai o batismo quer privado, quer solene, e acerca da contraente em questão acresce que a própria Mãe afirma que sua filha foi batizada pelo Rdo. Pároco D. Miguel Mendonza no dia 19 de julho de 1859. Quanto a achar-se a dita contraente em companhia do oficial em questão também só posso dizer que tendo a guerra posto o Paraguai em total desolação, as mulheres umas por medo, outras por miséria, outras por hábito acompanharam os soldados que as queriam. Eis o que eu penso.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1879

Frei Fidelis Maria d'Avola
Mis. Apostólico Capucho"

Essa informação de Frei Fidelis é de grande valor sociológico para o estudo da Guerra e de suas conseqüências.

O Sr. Bispo pediu também a opinião do Presbítero Evaristo Serrano, visto ter ele estado no Paraguai. Sua informação é também de importância para esse estudo:

"En contestación a los informes que desea saber acerca de la persona de Sinforosa Ramona Quevedo solo puedo asegurale que en el tiempo que he residido en el Paraguay, he visto qui son todos muy cuidadosos en hacer qui se bautizen las criaturas quanto antes, después qui nacen, haciendo las mayores diligencias y buscando con empeño ya algun pueblo donde haya sacerdote o sino alguna persona qui sepa bautizar con bautismo privado, como lo verifiqué (segun manifestación de su madre de la espresada Sinforosa Ramona) el sacerdote paraguayano P. Mendoza, cura qui fué de la Villa de Concepción, y qui yo en el año y medio qui permaneci también de cura en dicha Villa conoci y traté a los herederos y familia que cuida o referido Sr. Mendoza: Esto en cuanto a lo primero. Encuanto a lo segundo, solo puedo decir concluida la guerra varias jovenes da dicha Villa de la Concepción se quedaren y salieron en compañía de militares ya brasileros, ya también de otros estrangeiros mas nada puedo decir en cuanto a la persona de Sinforosa Ramona Quevedo.

(1) Frei Fidelis, era Missionário Apostólico e Capelão Honorário do Exército Brasileiro, tomou parte na campanha do Paraguai, chegando a Major posto que conquistou dada a sua atuação no teatro da guerra.

Rio de Janeiro, 20 de enero de 1874

Evaristo Serrano
Presbítero"

Mais dois documentos instruem o processo matrimonial, ambos sobre o estado civil dos nubentes:

"Nós abaixo assinados Officiais do 14º Batalhão de Infantaria certificamos e juramos, se necessário for, que o Alferes José Eulálio Cunha Martins é solteiro e o afirmamos não só porque o conhecemos como por assim constar de seus assentamentos no Batalhão, no qual de há muito serve.

Niterói, 16 de janeiro de 1874
Cel. João Teodoro Pereira de Mello
Alf. Ajud. Manoel da Cunha Albuquerque
O Alf. Quartel Mestre Bonifácio Antonio Borba
O Alf. Candido Gaya Peçanha
O Alf. José Franklin Nunes Soeiro
Alf. Lino Lidio de Abreu Barros
O Alf. Ermelino Gonçalves Valente
Felipe Bezerra Cavalcanti-tenente"

O outro documento é o que se segue:

"Nós abaixo assinados, Officiais do 14º Batalhão de Infantaria, certificamos que Sinforosa Romana Quevedo, natural do Paraguai é solteira porque a conhecemos desde a idade de onze anos, de cuja idade veio para a campanha do Alferes deste Batalhão José Eulálio Cunha Martins, que a criou, da qual tem um filho e com quem tem vivido há quatro anos honestamente. Nós o certificamos e juramos se necessário for.

Niterói, 16 de janeiro de 1874.

O Alferes Quartel Mestre Bonifácio Antonio Borba
O Alf. João José da Mota Costa
Alf. José Franklin Nunes Soeiro
Alf. Lino Lidio de Abreu Barros"
Finalmente realizou-se o casamento, pois consta do código da Catedral de São João Batista de Niterói, relativo ao ano de 1874:

"Aos quatorze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e setenta e quatro, na Capela de Na.Sa. da Conceição, na Armação, filial a esta Matriz, pelas quatro horas e meia da tarde depois de cumpridas as diligências do estilo na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição do Bispado, com Provisão do Ilustríssimo Sr. Vigário Geral Mons. Felix Maria de Freitas e Albuquerque, não constando impedimento algum, na presença das testemunhas os Alferes Manoel da Cunha Albuquerque e Bonifácio Antonio Borba, o Rdo. José Correa Dias de Moura de licença minha, por palavras de presente recebeu em matrimonio os contraentes Alferes José Eulálio da Cunha Martins e Sinforosa Romana Quevedo, ele filho legitimo de Joaquim Cunha Martins e Camila Benicio Rosa, natural da e batizado

na Freguesia de N.S. do O' da Vila de Valença, da Província do Piauí, no Bispado de São Luís do Maranhão e ora morador na Freguesia de São João Batista em Niterói, ela filha natural de Maria Gregoria Quevedo, natural e batizada na Freguesia de N.S. da Conceição na República do Paraguai, e ora também moradora na Freguesia de São João Batista de Niterói".

Cônego Antônio da Imaculada Conceição

De 1876 data o processo do casamento de Manoel Antonio dos Prazeres, soldado do 1º Batalhão de Artilharia a pé, com Maria Valeriana Dolores, 23 de fevereiro. Filho de Antonio Felix de Freitas e Maria de Jesus, ele era natural da Província de Pernambuco e ela da Republica do Paraguai.

O noivo residia na Fortaleza de Santa Cruz, Freguesia de Na.Sa. da Conceição de Juruçuba, onde se encontrava. O requerimento foi assinado por João Kling, a rogo, datado do Quartel em Santa Cruz, 18 de dezembro de 1875, e despachado por Carlos Delfim de Carvalho, ilustre militar.

Dado o despacho, pediu-se o atestado de solteiro do noivo, passado por Carlos Antonio Pereira de Macedo, Tte. Cel. Cte. do 1º Batalhão de Artilharia a pé na Fortaleza de Santa Cruz da Barra do Rio de Janeiro. Fora solteiro para o Paraguai, de Pernambuco esteve na campanha 5 anos, daí seguiu para a Bahia, onde esteve mais ou menos 7 anos, depois para a Corte, 5 anos, e trouxe a Dolores do Paraguai, 35 anos.

A noiva foi examinada e o atestado diz:

"Eu abaixo-assinado Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, 2º Cirurgião contratado em serviço na Fortaleza de Santa Cruz, condecorado com a medalha Geral da Campanha do Paraguai, etc.

Atesto que Maria Valeriana Dolores de idade como diz de dezoito anos pouco mais ou menos, solteira, natural da cidade de Assunção, Capital da República do Paraguai, residente atualmente nesta Fortaleza, sofre de afecções orgânicas crônicas que podem agravar-se e comprometer a vida da mesma. E como o referido é verdade juro em fé do meu grau e por isso lhe passei o presente por mim feito e assinado.

Fortaleza de Santa Cruz, 12 de dezembro de 1875

O Dr. Joaquim Alves de Figueiredo"

Ainda em 1876, na Catedral de São João Batista efectuou-se o casamento de Manuel Jerônimo e Sabina Maria Regala. Ele era soldado reformado, para seu casamento se fizeram proclamas e se acharam sem impedimento. Filho de Manuel Jerônimo e de Ana Maria, naturais e batizados na Matriz de Sta. Ana, na Província do Piauí. Ela, paraguaia filha de Inácio Regala e Maria Justina Regala, natural e batizada na República do Paraguai, todos moradores na

Freguesia de São João Batista de Niterói, no Quartel da Armação, e com 15 anos de idade. No ano seguinte, 1877, outro casamento e desta vez de Francisco Cirilo de Araújo, soldado do 1º Batalhão de Artilharia a pé, natural da Bahia e batizado na Freguesia de Tibau, filho de Caetano de Araújo e Martinha Maria da Conceição, morador na Jurujuba. A noiva era Maria da Trindad Brigadilha, filha de José Soares Brigadilha e Maria Isabel Brigadilha, natural do Paraguai, lá batizada na Freguesia de Vascada, e moradora na Jurujuba.

Testemunhas: Maria Paula, paraguaia, 40 anos, solteira, costureira, moradora na Jurujuba, veio com 1 ano para a Corte; Maria Feliciano, 30 anos, casada, veio no mesmo vapor chamado Vassimon.

Em 1880 prosseguem os casamentos e a noiva, Maria Ciriaca Gonçalves casou-se com o soldado do 18º Batalhão Antonio José da Silva, ela natural do Paraguai e veio para a Corte solteira, com 21 anos, no Vapor Vassimon. Apresentou como testemunha José Felix, do Paraguai, morador no Quartel do Campo de Santana, e também Gregorio Valdez, do Paraguai, 28 anos e morador no Quartel.

Em 1883, Timoteo Morel, natural do Paraguai, casou-se com Delfina Jacinta do Espírito Santo, filha de Francisco Soares do Rego e Vitorina Maria da Conceição, moradores em Itaipu. Era filho de João Batista Morel e Maria Malta Barbuda, trabalhador na lavoura, naquela região, e raptara a nubente.

Na mesma localidade, em 1888, casou-se Augusto Carlos de Castro, nascido no Paraguai, filho de Francisco Carlos da Costa e de Juliana Maria da Conceição, com Ambrosina Maria de Jesus, filha de Antônio Sabino e Lucinda Maria de Jesus. Ele batizou-se na Freguesia de São Pedro, veio para a Corte solteiro, com 16 anos e morava em Itaipu. Ela foi batizada na Capela de Piratininga, em 1869.

Testemunhas: Timoteo Morel, 36 anos, lavrador, viúvo, morador em Itaipu, e João de Moura, 40 anos, do Paraguai, lavrador, solteiro e também de Itaipu.

Já no final do século registra-se o consórcio de Daniel José Caballero com Agueda Ferreira Pinto, filha de Domingos Ferreira Pinto e Cândida Maria da Conceição.

Ele batizado no Paraguai, tendo vindo com 4 anos, e filho de José Joaquim Caballero e Vitoria Caballero; realizou-se o enlace em 1892.

Muitos outros teriam se realizado e uma pesquisa mais acurada talvez nos comprove isso.

QUEM ESTÁ PESQUISANDO O QUE

Continuamos a publicar nomes e endereços de pesquisadoras que se dirigem ao Arquivo Nacional e o objetivo de suas pesquisas.

PESQUISADORES BRASILEIROS

- ALTBURG, Júlia de Abreu (socióloga)
IUPERG - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Pesquisa: Legislação social na Primeira República
Pesquisa em fase inicial
Finalidade: Publicação de artigo
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn
- BARRETO, Maria Luiza (pesquisadora)
Universidade de São Paulo
Rua da Matriz, 80 - Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Pesquisa: Casamentos e formação da família no Rio de Janeiro de 1750 a 1850
Pesquisa em fase inicial
Finalidade: Tese de Mestrado
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn; RjRj-Cma.
- BARROS, Theodyr Augusto de (professor universitário)
Universidade Federal de Alagoas
Rua Gaspar Ferrari, 186 - Ponta da Terra, Maceió, AL.
Pesquisa: Transferência do Centro-político administrativo de Alagoas para Maceió 1819-1845
Pesquisa em fase inicial
Finalidade: Tese de Mestrado em História
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: ALM-A; PeR-A; RjRj-A.
- COSTA, Luciana Osório (professora)
Universidade Federal do Espírito Santo
Rua Eugenio Netto, 384, Vitória, ES
Pesquisa: A Imperial Colônia do Rio Novo - 1853-1880.
Pesquisa em fase final
Finalidade: Tese de Mestrado em História
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: EsV-A; EsV-Fjsn; RjRj-A; RjRj-Bn
- DACORSO, Ceres Ophelia (funcionária Pública)
Ministério da Educação e Cultura
Praia de Botafogo 154 apt? 801 - Botafogo, Rio de Janeiro, Rj
Pesquisa: Fontes para a educação brasileira
Pesquisa em fase adiantada
Finalidade: Subsídios para a história da educação brasileira

- Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Aag;
RjRj-Bn; RjRj-Ihgb; RjRj-Mec; RjRj-Enba
- LEITE, Vera Lúcia da Silva (aux. de administração)
Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas
Moraes Jr.
Rua Irlanda nº 16 - Cocotá - Ilha do Governador,
RJ
Pesquisa: História do Comércio Brasileiro e Transporte interno e externo.
Pesquisa em fase inicial
Finalidade: Trabalho de classe
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou:
RJRJ-Fgv.
- MELO, Lúcia Helena Santarém (professora)
Ministério da Educação e Cultura
Rua Nascimento Silva. 253 aptº 301, Ipanema
Rio de Janeiro, RJ
Pesquisa: Fontes para a educação brasileira
Pesquisa em fase adiantada
Finalidade: Subsídios para a história da educação brasileira
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Aag;
RjRj-Bn; RjRj-Mec; RjRj-Enba; RjRj-Ihgb
- MENDES, Ricardo (arquiteto e cineasta)
PMSP - Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo
Rua Uruguaiana 284 - Brás, São Paulo, Sp
Pesquisa: O parque Lage
Pesquisa em fase adiantada
Finalidade: Material de apoio para o Curso de Pós-Graduação (em preparação) sobre "Espaço e Filme"
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A;
RjRj-Bn; RjRj-Sphan
- MORAES, Antônio Ferreira de (estudante)
Universidade Federal Fluminense
Av. Eng^{ro} Assis Ribeiro 189 - Marechal Hermes,
Rio de Janeiro, RJ
Pesquisa: Evolução urbana da XVª R.A. de Madureira
Pesquisa em fase adiantada
Finalidade: Bolsa "Trabalho/Arte/Cultura" da UFF
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A;
RjRj-Bex; RjRj-Ce; RjRj-Ihgb; RjRj-Mis; RjRj-Ram
- MOREIRA, Valéria de Moraes Vicente (aux. de pesquisa)
Fundação Getúlio Vargas
Rua Cândido Mendes 685 A s. 101. Glória - Rio de Janeiro, RJ
Pesquisa: Relações externas do Brasil no período 1938-1950
Pesquisa em fase final
Finalidade: Auxiliar em tese de Doutorado
Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Cms;
RjRj-Cpdoc; RjRj-Mre

- MULLER, Márcia Maria (estudante)
 Rua Dr. Manoel Gomes Xavier nº 46 - Itaipu, Niterói, RJ
 Pesquisa: Arte brasileira no século XIX
 Pesquisa em fase adiantada
 Finalidade: Particular
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A; RjRj-Bn
- NUNES, Maria Thetis (professora universitária)
 Universidade Federal de Sergipe
 Av. Ivo do Prado 820, Aracaju, Se.
 Pesquisa: História de Sergipe
 Pesquisa em fase final
 Finalidade: Escrever o 2º volume da história de Sergipe
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: BaS-A; RjRj-Bn; RjRj-Ihgb; SeA-A; PortL-Bn; PortL-It
- SANTOS, Helena Mendes dos (estudante universitária)
 IPHAN
 Pr. Alte. Jaceguai 61 aptº 503 - Fátima, Rio de Janeiro, RJ
 Pesquisa: Fortaleza de São João do Macapá
 Pesquisa em fase adiantada
 Finalidade: Elaboração do projeto de restauração e revitalização da Fortaleza
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn; RjRj-Mn
- SCHUABB, Maria Luiza da Silva Araújo (professora)
 Universidade Federal Fluminense
 Rua Lopes Troyão 44 aptº 1001, Icaraí, Niterói, RJ
 Pesquisa: Escravismo em Campo, RJ
 Racionalidade e funcionalidade dos engenhos no século XIX
 Pesquisa em fase inicial
 Finalidade: Tese de Mestrado
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Iaa; RjN-Am
- SILVA, José Carlos da (estudante)
 Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Jr
 Rua Engenho do Mato 826, bl. 29 aptº 408, Engenho da Rainha, Rio de Janeiro, RJ
 Pesquisa: História do Comércio do Brasil: Transporte interno e externo
 Pesquisa em fase inicial
 Finalidade: Trabalho de classe
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Fgv
- SOUTO, Nellyza Garcia (estudante)
 Rua Senador Vergueiro 200 aptº 914 - Flamengo
 Pesquisa: Desenvolvimento da política externa brasileira sobre a questão de armamentos - período de 1930 a 1980.
 Pesquisa em fase inicial

Finalidade: Monografia
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-Bn;
 RjRj-Fgv
 VASSILIEFF, Irma (professora)
 Universidade de São Paulo
 Rua Rocinha nº 50 - Saúde, São Paulo, SP.
 Pesquisa: Alguns aspectos da imigração no Brasil
 Império
 Pesquisa em fase inicial
 Finalidade: Tese de Doutorado
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A;
 RjRj-Bn; RjRj-Ihgb; SpSp-Bma; SpSp-Ihg; SpSp-Usphh

PESQUISADORES ESTRANGEIROS

AUBRETON, Thérèse G. Bouquet (estudante)
 Francesa
 Universidade de São Paulo
 Rua Pereira Nunes 350 aptº 503, Rio de Janeiro,
 RJ
 Pesquisa: Os marginais no Rio (1880-1920)
 Pesquisa em fase inicial
 Finalidade: Tese de doutorado
 GUTIERREZ, Maria L. (instrutora)
 Mexicana
 University of Southern California
 Los Angeles, CA 90007
 5019 Quigleg St. Commerce 9004 C
 Los Angeles, CA
 Pesquisa: Revolução na Bahia 1837
 Pesquisa em fase final
 Finalidade: Tese de Doutorado
 Arquivos e bibliotecas onde pesquisou: RjRj-A;
 RjRj-Bn; RjRj-Ihgb; UsW-Lc
 SILVA, João Adelino do Céu Pereira da (estudante-pes-
 quisador)
 Universidade Gama Filho
 Rua Clímaco Pereira 279 Maricá, Rio de Janeiro
 Pesquisa: Tráfico de escravos 1820/1830
 Pesquisa em fase inicial
 Finalidade: Estudo do tráfico interregional nesse
 período

SIGLAS USADAS

ALM-A - Arquivo Público de Alagoas
 BaS-A - Arquivo do Estado da Bahia
 EsV-A - Arquivo Público Estadual do Espírito Santo
 EsV-Fjsn - Fundação Jones dos Santos Neves
 PeR-A - Arquivo Público Estadual de Pernambuco
 PortL-Au - Arquivo Ultramarino
 PortL-Bn - Biblioteca Nacional de Lisboa

- FortL-Tt - Torre do Tombo
- RjN-Am - Arquivo Municipal de Niterói
- RjRj-A - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- RjRj-Aag - Arquivo do prof. Alfredo Galvão
- RjRj-Bex - Biblioteca do Exército
- RjRj-Bn - Biblioteca Nacional
- RjRj-Ce - Clube de Engenharia
- RjRj-Cma - Arquivo da Curia Metropolitana
- RjRj-Cms - Centro de Memória Social
- RjRj-Cpdoc - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea da F.G.V.
- RjRj-Enba - Escola Nacional de Belas Artes
- RjRj-Fgv - Fundação Getúlio Vargas
- RjRj-Iaa - Instituto de Açúcar e do Alcool
- RjRj-Ihgb - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RjRj-Mec - Ministério da Educação e Cultura
- RjRj-Mis - Museu da Imagem e do Som
- RjRj-Mn - Museu Nacional
- RjRj-Mre - Ministério das Relações Exteriores
- RjRj-Ram - Região Administrativa de Madureira (XVa)
- RjRj-Sphan - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SeA-A - Arquivo Público do Estado de Sergipe
- SpSp-Bma - Biblioteca Mário de Andrade
- SpSp-Uspbh - Biblioteca de História da USP
- USW-Lc - Library of Congress

DIVERSAS NOTÍCIAS

REUNIÃO ANUAL DOS ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS E HISTÓRICOS DO MÉXICO

Presidida pelo governador do Estado, Enrique Velasco Ibarra, com a presença da diretora do Arquivo Geral da Nação, Dra. Alejandra Moreno Toscano, e de outras autoridades e técnicos, realizou-se de 8 a 11 de outubro passado, em Guanajuato, a Reunião Nacional anual dos arquivos administrativos e históricos dos Estados e municípios mexicanos.

Durante o Congresso, além de duas exposições sobre "arquitetura do século XVIII" e "preservação do patrimônio documental - 1977/1980", foram discutidas experiências e mantido intercâmbio de idéias sobre as atividades das instituições arquivísticas estatais e privadas, em todo país, entre as quais simpósios e reuniões específicas sobre microfilme, conservação, restauração e classificação de documentos e especificações técnicas de edifícios de arquivos, complementando exposições teóricas e metodológicas de representantes daquelas instituições.

Foram também objeto de discussão e deliberações, no conclave, 28 contribuições escritas sobre problemas e aspectos diversos da história e arquivos mexicanos.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES

Promovido pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, será realizado de 5 a 10 de julho próximo, no Palácio das Convenções do Parque Anhembi, em São Paulo, o I Congresso Brasileiro de Publicações, que terá como tema principal a normalização da documentação impressa.

Dentro dessa temática geral, visando ainda facilitar o intercâmbio de conhecimentos e experiências e a avaliação de meios concretos de cooperação em níveis nacional e regional, serão discutidos Direito Autoral, editoração, publicações, integração autor/editor jornalista/bibliotecário, e, por último, como sub-temas, bibliografia, catalogação na fonte, citações no texto, composição gráfica, diagramação, formatação, normas de redação e referências bibliográficas.

DIRETORA DO ARQUIVO NACIONAL
ELEITA SECRETÁRIA-GERAL DA ALA

Segundo comunicação de seu presidente, Guillermo Durand Flores, a Associação Latinoamericana de Arquivos-ALA- em reunião de seu Comitê Executivo, realizada em Lima, Peru, elegeu secretária-geral da entidade a diretora do Arquivo Nacional do Brasil, Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco.

II CONGRESSO DE ARQUIVISTAS DA COLÔMBIA

Realizou-se em Medellin, de 1 a 4 de outubro último, o II Congresso de Arquivistas da Colômbia.

Visou o congresso, fundamentalmente, a integração e o fortalecimento da unidade das associações e demais instituições arquivistas colombianas, adotando, entre outras, importantes resoluções sobre política de formação de pessoal qualificado, mediante programas que permitam uma constante profissionalização e especialização, através de escolas e cursos de nível médio e superior de arquivos.

4º SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS

Será realizado em Brasília, de 27 a 31 de julho vindouro, no auditório do Departamento de Imprensa Nacional, o 4º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras.

Objetivando o estudo da política editorial dos órgãos governamentais e a transferência de informações, no âmbito dos órgãos oficiais e entidades vinculadas, o seminário incluirá em seu temário, entre outros, política e programação editorial, projeto gráfico, catalogação, política de coedições, divulgação, distribuição, comercialização, bibliotecas depositárias e organização de coleções. Participarão dos trabalhos, entre os quais relatores de experiências profissionais e painéis, o acadêmico Antônio Houaiss e o prof. Roberto Atila Vieira, além de representantes do CNPq, IBGE, EMBRAPA, Fundação Getúlio Vargas, IBICT, Círculo do Livro, INL, USP, Abril Cultural, Câmara dos Deputados e Casa Thomaz Jefferson.

Para informações e remessa de trabalhos, os interessados deverão dirigir-se à presidência do Seminário-Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, Brasília, DF, ou pelos telefones 223-4897 e 211-3575

"OS FEITOSAS E O SERTÃO DOS INHAMUNS",
DE BILLY JAYNES CHANDLER

Em sua seção especializada, o Jornal do Brasil publica nota sobre "Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns", de Billy Jaynes Chandler, da Universidade do Texas, e que é o seu mais recente lançamento sobre problemas brasileiros. Posto em evidência, sobretudo, por seu polêmico trabalho "Lampião" - Editora Paz, Rio, Chandler é focalizado por D.B., naquela edição do matutino carioca, não só em função do livro, no qual parece mostrar-se equidistante dos conhecidos clichês da crítica social e literária ao famoso "Rei do Cangaço" nordestino, ou seja, segundo ele, nem admitindo o "herói" nem o "bandido social", da conceituação marxista do Inglês Eric Hobsbawn.

"Apesar de todo o renome adquirido - afirma o comentarista - Chandler é modesto em seus objetivos. Especializando-se em assuntos brasileiros desde os anos 60, não quis, entretanto, como alguns de seus colegas, abarcar períodos inteiros da história do país, nem explicar a sua sociedade como um todo. Seu outro livro sobre o Brasil, agora publicado por iniciativa da Universidade Federal do Ceará, como o primeiro, é circunscrito no campo de estudos. Seus limites são os da região central do Ceará, conhecida por Inhamuns, e trata de uma única família.

"Dentro dos parâmetros a que se propôs, o trabalho tem todas as virtudes da prática acadêmica americana: o uso abundante das fontes primárias (registros de nascimento, autos de processo), a bibliografia exaustiva, o contato pessoal. Do início da pesquisa até hoje já se passaram 18 anos, mas como o marco final do período estudado é 1930, o retardamento da publicação em português não tira nenhuma atualidade da obra. Ao contrário, a história dos clãs nordestinos - e a dos Feitosas em particular - desperta cada vez maior interesse. Ainda há pouco, o cearense Nertan Macedo a eles dedicou um livro: O Clã dos Inhamuns. (Editora Renes, Rio). E adiante, concluindo:

"Grande parte da eficácia do livro de Chandler decorre justamente da sua limitação. A concentração em um tema restrito assegura a precisão dos dados e da análise. E embora ele fale apenas de um pedaço muito pequeno do Brasil, esse pedaço é significativo. Cabe nele uma seção importante de nossa história e através dele se mostra uma das nossas faces, sem maquiagem, um Brasil de cabelo arrepiado, barba por fazer, rústico, violento e ainda não de todo desaparecido".

V SIMPÓSIO DE HISTÓRIA, EM VITÓRIA, NO
ESPÍRITO SANTO

Complementando notícia inserida no número 130 do MAN, em dezembro passado, reproduzindo inclusive, na íntegra, o discurso de abertura do V Simpósio de História do Departamento especializado do Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal do Espírito Santo, divulgamos, hoje, sumário dos principais trabalhos desenvolvidos durante cinco dias por professores, pesquisadores e estudantes daquele Estado e de outros pontos do país.

Foram apresentadas e discutidas:

I - Comunicações: "A Polícia descobre o povo", do prof. Fernando Antônio de Moraes Achimé, diretor do Arquivo Público do Espírito Santo; "A Revolução de 30 no Espírito Santo" profa. Luciana Osório Costa, auxiliar de ensino/UFES - Mestranda/USP; "O impacto da industrialização na estrutura ocupacional de uma comunidade rural brasileira," prof. José Maria Coutinho, doutorando em Educação Comparada e Internacional e prof. Adjunto da UFES: "Atividade do CRUTAC: Atuação do Departamento de História", coordenada pela profa. Sônia Maria Demoner, auxiliar de ensino da UFES; "A resistência do trabalhador em face da exploração do capital" coordenada pelos profs. Luzia Margareth Rago, Cleber da Silva Maciel, Regina Beatriz Guimarães e Marco Antônio Silveira Melo, mestrando da UNICAMP; "A colonização de São Domingos e São Gabriel: os pioneiros", profa. Sônia Maria Demoner; "Algumas tentativas antigas de levantamento da História Regional no Espírito Santo", prof. Renato José Costa Pacheco, prof. Adjunto UFES/ Mestre em Ciências e Livre Docente em Ciências Jurídicas; "A Antropologia no Espírito Santo", prof. Celso Perota, Auxiliar de Ensino/UFES; "O que foi o 1º Seminário Sulmatogrossense de Estudos Indigenistas", profa. Maria Augusta de Castilho Merighi, Adjunto da UFMGS; "Pesquisa Histórica no Espírito Santo", prof. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, colaborador/UFES - Mestrado UFF/ doutorando USP; Centros Urbanos e Concentração fundiária", prof. Milton Teixeira Garcia, auxiliar de ensino/UFES e Mestrando UFF; "Expansão Cafeeira no Espírito Santo", profa. Nara Saletto Costa, profa. UFRJ, Mestranda/UFRJ; II Palestras: "A Natureza do trabalho escravo no século XIX", prof. dr. Peter L. Eisenberg, Curso de Pós-Graduação da UNICAMP; "História Regional": Uma abordagem teórica", profa. dra. Ismênia de Lima Martins, do Curso de Pós-graduação da UFF; "As perspectivas da História Demográfica no Quadro Regional", prof. Robert Slanos - PHD em História/professor do Curso de Pós-graduação da UFF; "Expansão Cafeeira no Espírito Santo", profa. Nara Saletto Cos-

ta, UFRJ/Mestrando; "Arquivo Público e Memória Nacional", prof. José Sebastião Witter, do Curso de Pós-Graduação em História na USP/ diretor do Arquivo do Estado de São Paulo; III - Mesas-Redondas: "A implantação do Curso de Estudos Sociais e suas conseqüências", profs. Miguel Deps Sallon, UFES, Rogério Calliari, aluno UFES, Nilo Martins da Cunha, titular da UFES, e Mintaha Alcuri Campos, colaborador da UFES.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Órgão da Secretaria de Justiça, fundado por decreto do governador Borges de Medeiros, em 8 de maio de 1906, e instalado à rua Riachuelo, 1.034, no centro de Porto Alegre, em edifício especialmente construído para atender às suas finalidades, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul guarda um dos mais ricos e valiosos acervos documentais do Brasil.

Ocupando área de mais de 3 mil metros quadrados, reunindo em suas galerias e bibliotecas mais de 2 milhões e meio de documentos originais, dos séculos XVIII e XIX, entre processos, livros, pastas de inventários, hipotecas, desquites, folhas de pagamento e cartas de alforria e liberdade de escravos, o APERGS forneceu, no primeiro trimestre do ano passado, cerca de 5.000 fotocópias de documentos, atendendo a 1.600 consulentes, sobre os mais variados aspectos da história gaúcha.

Sob a direção da profa. Julia Nocchi, atendendo ao público de 13 às 17,30 horas, o arquivo tem entre suas metas prioritárias a instalação de um Serviço de Microfilme, a fim de permitir maior utilização do espaço físico, com a ampliação de seu acervo documental, mediante a retomada do recebimento de documentos, interrompido desde 1970.

60 ANOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

O Museu Histórico Nacional, que ocupa uma área aproximada de 30 mil metros quadrados, próxima à Praça XV, e erigido para servir como Casa do Trem, passando, posteriormente, a abrigar o Arsenal Real do Exército, irá como morar, em 1982, uma série de obras de restauração de suas dependências. Dirigido pelo prof. Gerardo Brito Raposo Câmara, o Museu possui acervo de 132.000 peças, além de 80.000 documentos, 13.000 títulos distribuídos em três bibliotecas técnicas e infanto-juvenil e 17.000 negativos fotográficos.

Em seu programa de reabertura, será realizada uma exposição de 700 peças de marfim, doadas pelo Presidente Vargas, após arrematá-las em leilão da Caixa Econômica Federal, onde haviam sido penhoradas por seu proprietário.

ARQUIVO NACIONAL
SEÇÃO DE CONSULTAS

FINALIDADE - O Arquivo Nacional, criado, a bem dizer, pela Constituição do Império, de 1824, e regulamentado pelo decreto imperial de 2 de janeiro de 1838, é órgão integrante do Ministério da Justiça e tem por fins preservar, promover e divulgar os documentos nele arquivados, de valor legal, administrativo ou histórico, oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado por ela instituídas, e os de valor histórico, provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular.

O Arquivo Nacional guarda sob sua custódia aproximadamente dois bilhões de documentos, que datam de 1534 até nos dias.

HORÁRIO - Para consulta desses documentos, a Seção de Consultas está aberta diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, de 9,30 às 17,30 horas, sem interrupção durante todo o ano.

ADMISSÃO - É facultada a todo cidadão brasileiro ou estrangeiro, que se proponha a fazer pesquisas em suas coleções de documentos, bastando para isso, registrar-se como consultante na Seção de Administração - Protocolo, mediante documento de identidade.

Ao registrar-se, o consultante receberá um Cartão de Identificação, que será renovado a cada ano e deverá ser apresentado sempre que exigido.

ACESSO À SEÇÃO - Munido de seu Cartão de Identificação, o consultante receberá uma senha na Portaria, devendo aí deixar embrulhos, pastas ou livros, e irá à Seção de Consultas, onde um funcionário habilitado lhe dará assistência no acesso aos fichários e catálogos. A senha deverá ser devolvida, ao sair, na Portaria.

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS - Os documentos cuja consulta não está sujeita a formalidades especiais; poderão ser solicitados por fichas de requisições, branca para o mesmo dia, e rosa para o dia seguinte ou até 7 dias subsequentes (reserva) assim como para aqueles que dependerem de busca por parte das Seções.

Só poderão ser feitas 3 (três) requisições de cada vez, equivalente a três volumes, ou três processos ou três maços (caixas).

O Consultante poderá, para evitar eventual demora, fazer mais três requisições, mas só receberá os novos documentos quando devolver os já pesquisados.

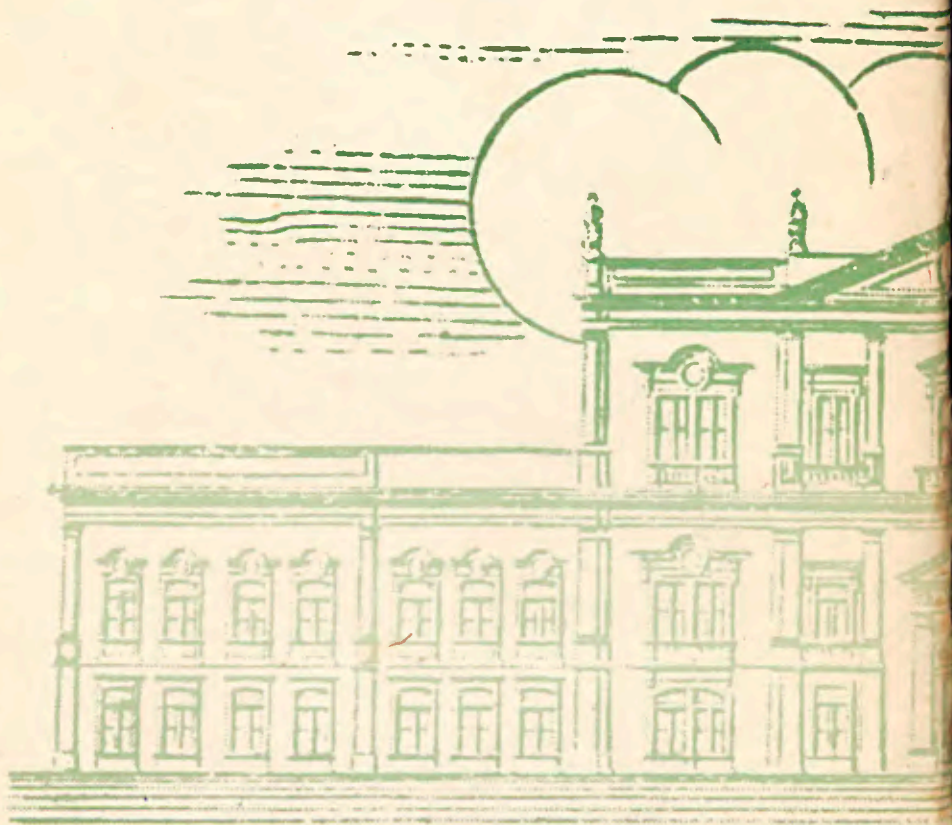
Estão à disposição dos pesquisadores, catálogos impressos, em fichas e datilografados.

XEROX - O consultante que desejar fazer cópia xerox deverá preencher, na Seção de Consultas, um formulário próprio, indicando a localização e as características do documento. O funcionário passará o visto, e indicará o número de cópias e a seção de custódia do documento.

MICROFILME - Para a microfilmagem, o consultante deverá, além de proceder da mesma forma, entrar em entendimento com a Seção de Reprodução.

COMPORTAMENTO DOS CONSULTANTES - Proporcionando a Sala de Consultas, dotada de ar condicionado e iluminação ótima, todo o conforto que foi possível à administração oferecer, é de esperar a cooperação dos consultantes no sentido do máximo zelo no manuseio dos documentos, observância de silêncio e proibição de fumar.

Endereço: Praça da República, 26. Centro
20.211 - Rio de Janeiro, RJ



ISSN-0045-2726